



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes  
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada  
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz  
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

- 1.1 - Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 - 26ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.3 - Reuniões de Comissões

### 2 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



## ATAS

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 15/7/2015

#### Presidência do Deputado Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum – Ordem do Dia.

#### Comparecimento

– Comparecem os deputados e a deputada:

Hely Tarquínio – Antônio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bosco – Douglas Melo – Fábio Cherem – Fred Costa – Gustavo Corrêa – Ione Pinheiro – João Vítor Xavier – Léo Portela – Sargento Rodrigues.

#### Falta de Quórum

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Às 14h5min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 16, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.).

### ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/7/2015

#### Presidência dos Deputados Adalclever Lopes e Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Indicações: Discussão, em turno único, da Indicação nº 6/2015; aprovação – Discussão, em turno único, da Indicação nº 7/2015; aprovação – Discussão, em turno único, da Indicação nº 8/2015; aprovação – Discussão, em turno único, da Indicação nº 9/2015; aprovação – Discussão, em turno único, da Indicação nº 11/2015; aprovação – Discussão, em turno único, da Indicação nº 12/2015; aprovação – Discussão, em turno único, da Indicação nº 13/2015; aprovação – Discussão, em turno único, da Indicação nº 15/2015; encerramento da discussão; votação da indicação; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação – 2ª Fase: Palavras do Presidente – Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do deputado Sargento Rodrigues; aprovação – Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 17/2015; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.915/2015; encerramento da discussão; Acordo de Líderes; Decisão da Presidência; apresentação das Emendas nºs 2 e 3; não recebimento de emenda do deputado Antônio Carlos Arantes; requerimento do deputado Gustavo Corrêa; deferimento; leitura das Emendas nºs 2 e 3; votação nominal do projeto, salvo emendas; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação nominal da Emenda nº 1; aprovação; votação nominal da Emenda nº 2; rejeição; votação nominal da Emenda nº 3; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.020/2015; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.254/2015; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.980/2015; aprovação – Declaração de Voto – Suspensão e Reabertura da Reunião – Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Pareceres de Redação Final do Projeto de Resolução nº 17/2015 e dos Projetos de Lei nºs 1.254 e 2.020/2015; aprovação – Encerramento – Ordem do Dia.

#### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon



Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Léo Portela – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Neilando Pimenta – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

#### Abertura

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Às 18h3min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

##### Ata

– O deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres, de requerimentos e de indicações.

#### Discussão e Votação de Indicações

O presidente – Discussão, em turno único, da Indicação nº 6/2015, do nome da Sra. Liza Prado para o cargo de presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais – Utramig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, a indicação. As deputadas e os deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovada. Oficie-se ao governador do Estado.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 7/2015, do nome da Sra. Júlia Amélia Mitraud Vieira para o cargo de presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto – Faop. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, a indicação. As deputadas e os deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovada. Oficie-se ao governador do Estado.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 8/2015, do nome da Sra. Michele Abreu Arroyo para o cargo de presidente da Fundação Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, a indicação. As deputadas e os deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovada. Oficie-se ao governador do Estado.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 9/2015, do nome do Sr. Augusto Nunes-Filho para o cargo de presidente da Fundação Clóvis Salgado – FCS. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, a indicação. As deputadas e os deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovada. Oficie-se ao governador do Estado.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 11/2015, do nome do Sr. Flávio Góes Menicucci para o cargo de diretor-geral do Departamento de Obras do Estado de Minas Gerais – Deop. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, a indicação. As deputadas e os deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovada. Oficie-se ao governador do Estado.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 12/2015, do nome do Sr. Márcio da Silva Botelho para o cargo de diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, a indicação. As deputadas e os deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovada. Oficie-se ao governador do Estado.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 13/2015, do nome do Sr. Gustavo Gastão Corgosinho Cardoso para membro da diretoria colegiada da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsa-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, a indicação. As deputadas e os deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovada. Oficie-se ao governador do Estado.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 15/2015, do nome da Sra. Maria do Carmo Lara Perpétuo para o cargo de presidente da Fundação Helena Antipoff – FHA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, a indicação. As deputadas e os deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovada.

O deputado Gustavo Corrêa – Solicito verificação, presidente.

O presidente – É regimental. A presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às deputadas e aos deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A presidência solicita às deputadas e aos deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

– Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O presidente (deputado Adalcleber Lopes) – Votaram “sim” 48 deputados. Não houve voto contrário. Está ratificada a aprovação da Indicação nº 15/2015. Oficie-se ao governador do Estado.

#### 2ª Fase

O presidente – Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

### Palavras do Presidente

A presidência informa ao Plenário que faz retirar da pauta desta reunião o Projeto de Lei nº 1.334/2015, por falta de pressupostos processuais.

### Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Vem à Mesa requerimento do deputado Sargento Rodrigues em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Resolução nº 17/2015 seja apreciado em primeiro lugar. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 17/2015, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado referentes ao exercício de 2013. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Cássio Soares – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio de Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Leandro Genaro – Léo Portela – Luiz Humberto Carneiro – Neilando Pimenta – Nozinho – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

– Registram “não”:

Cristiano Silveira – Doutor Jean Freire – Professor Neivaldo – Rogério Correia.

O deputado Tony Carlos – Presidente, o deputado Tony Carlos também é a favor.

A deputada Celise Laviola – Meu voto é “sim”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 52 deputados. Votaram “não” 4 deputados. Está aprovado o projeto. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.915/2015, do governador do Estado, que dispõe sobre a constituição de crédito estadual não tributário, fixa critérios para sua atualização, regula seu parcelamento, institui remissão e anistia e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

– Vêm à Mesa:

### ACORDO DE LÍDERES

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

Os deputados que este subscrevem, representando a maioria dos membros do Colégio de Líderes, acordam seja recebida uma emenda contendo matéria nova, do deputado Duarte Bechir, ao Projeto de Lei nº 1.915/2015.

Sala das Reuniões, 13 de julho de 2015.

Rogério Correia, líder do BMM – Agostinho Patrus Filho, líder do BCMG – Gustavo Corrêa, líder do BVC – Vanderlei Miranda, líder da Maioria – Gustavo Valadares, líder da Minoria.

### DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência acolhe o acordo e determina o seu cumprimento.

Mesa da Assembleia, 13 de julho de 2015.

Adalclever Lopes, presidente.

### EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 1.915/2015

#### EMENDA Nº 2

Art. 1º – Fica acrescentado ao art. 12 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, o seguinte parágrafo:

“Art. 12 – (...)

§ ... – Fica o Poder Executivo autorizado, na forma, no prazo e nas condições previstas em regulamento, a reduzir a carga tributária nas operações internas com equipamentos e acessórios para segurança e proteção pessoal e profissional com o código 4203.29.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM/SH:

I – para 7% (sete por cento) nas operações realizadas pelo estabelecimento fabricante;

II – para 12% (doze por cento) nas operações realizadas pelo estabelecimento atacadista.”.

Sala das Reuniões, 13 de julho de 2015.

Duarte Bechir



Justificação: No sul de Minas está concentrado importante polo de fabricação de luvas para segurança, notadamente, nos Municípios de Cristina, Maria da Fé, Pedralva, Dom Viçoso, Carmo de Minas e Olímpio Noronha, que produz e comercializa equipamentos de reconhecida qualidade para todo o país.

Não obstante, esse segmento tem sofrido a concorrência predatória de outras unidades da Federação, especialmente do vizinho Estado de São Paulo, que adotou incentivo fiscal através da redução da base de cálculo do ICMS, na forma do Decreto nº 57.996, de 23 de abril de 2012, segundo o qual o estabelecimento fabricante tem uma carga tributária de 7%, e o estabelecimento atacadista tem uma carga tributária de 12%.

Nossa legislação tributária beneficia com redução de alíquota as indústrias de vestuário e de calçados do Estado, na forma do art. 42, I, alínea “b.55”, do Regulamento do ICMS. Entretanto, o segmento em comento não é beneficiada por essa redução.

Por conta dessa desigualdade tributária, as fábricas de Minas Gerais tem sofrido sensível perda em sua competitividade especialmente em face das fábricas paulistas, por atuarem com carga tributária de 18% para as vendas para o estado vizinho, sem embargo de outras situações adversas, a exemplo da concorrência com os fabricantes asiáticos devido ao comércio globalizado.

Por tais razões e para preservar a produção mineira, a geração de emprego e renda em nosso território, torna-se imperativo que esta Casa aprove urgentemente o benefício fiscal que ora se propugna, para assegurar iguais condições tributárias ao polo de fabricação de equipamentos de proteção individual que se consolidou há muitos anos no Sul de Minas.

### EMENDA Nº 3

Substituam-se, no inciso III do § 1º e no § 2º do art. 3º e no art. 16 do vencido no 1º turno, as expressões “trânsito em julgado na via administrativa”, “trânsito em julgado da decisão administrativa” e “seu trânsito em julgado na via administrativa”, respectivamente, por “exaurimento da instância administrativa”; e, no art. 17 do vencido no 1º turno, as expressões “regulamento próprio do Poder Executivo” e “regulamento” por “decreto”.

Sala das Reuniões, 13 de julho de 2015.

Durval Ângelo

Justificação: As modificações pretendidas visam a adequar a redação do vencido à melhor técnica legislativa, adotando-se expressões com maior grau de certeza jurídica.

O primeiro ajuste se refere à substituição da expressão "trânsito em julgado" por "exaurimento da instância administrativa", visto que aquela é mais apropriada para o processo judicial, e não para o processo administrativo.

O segundo ajuste proposto se refere à expressão “regulamento próprio do Poder Executivo” e ao vocábulo “regulamento” pelo vocábulo “decreto”, haja vista que este conceito é mais específico quanto à espécie normativa a ser adotada e, desse modo, garantidora de maior segurança jurídica ao texto legislativo.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto uma emenda do deputado Duarte Bechir, a qual, por conter matéria nova, vem acompanhada de acordo de líderes e recebeu o nº 2, e uma do deputado Durval Ângelo, que recebeu o número 3. As emendas, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, serão submetidas a votação independentemente de parecer. A presidência, nos termos do § 3º do art. 189, c/c o inciso II do art. 173, do Regimento Interno, deixa de receber emenda do deputado Antônio Carlos Arantes, por conter matéria nova e não estar acompanhada de acordo de líderes.

O deputado Gustavo Corrêa – Presidente, V. Exa. poderia fazer a leitura das emendas?

O presidente – É regimental. A presidência solicita ao secretário que proceda à leitura das Emendas nºs 2 e 3.

O secretário (deputado Ulysses Gomes) – (– Lê as Emendas nºs 2 e 3, publicadas nesta edição.)

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emendas.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio de Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Leandro Genaro – Léo Portela – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Neilando Pimenta – Nozinho – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 58 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emendas. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio de Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – João Alberto –



João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Leandro Genaro – Léo Portela – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Neilando Pimenta – Nozinho – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O deputado Fábio Cherem – Sr. Presidente, considere o meu voto “sim”, por favor, porque não apareceu no painel.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 58 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1. Em votação, a Emenda nº 2.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Bonifácio Mourão – Dalmo Ribeiro Silva – Duarte Bechir – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Luiz Humberto Carneiro – Neilando Pimenta – Thiago Cota – Tito Torres.

– Registram “não”:

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Braulio Braz – Cássio Soares – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Cherem – Fábio de Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Iran Barbosa – João Alberto – João Magalhães – Leandro Genaro – Léo Portela – Marília Campos – Nozinho – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O deputado Thiago Cota – Sr. Presidente, peço para retificar meu voto. Votei “sim”, mas meu voto é “não”.

O deputado Hely Tarquínio – Também peço para retificar meu voto, que é “não”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 16 deputados. Votaram “não” 40 deputados. Está rejeitada a Emenda nº 2. Em votação, a Emenda nº 3.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Braulio Braz – Cássio Soares – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Cherem – Fábio de Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Leandro Genaro – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Neilando Pimenta – Nozinho – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O deputado Wander Borges – Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O deputado Douglas Melo – Meu voto é “sim”, Sr. Presidente.

O deputado Iran Barbosa – Meu voto também é “sim”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 57 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 3. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.915/2015 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 3. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.020/2015, do governador do Estado, que altera a Lei nº 6.084, de 15/5/1973, que dispõe sobre a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto, na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Cherem – Fábio de Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Leandro Genaro – Léo Portela – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Neilando Pimenta – Nozinho – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 55 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.020/2015 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.254/2015, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a integração dos órgãos de defesa social do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:



Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Cherem – Fábio de Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Leandro Genaro – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Neilando Pimenta – Nozinho – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

– Registra “não”:

Dalmo Ribeiro Silva.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Presidente, retifico, meu voto é “sim”.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 58 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.254/2015 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.980/2015, do deputado Ulysses Gomes, que autoriza o Estado a doar ao Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Microrregião do Alto Sapucaí – Cismas – o imóvel que especifica. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio de Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Leandro Genaro – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Neilando Pimenta – Nozinho – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 56 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. À Comissão de Fiscalização Financeira.

#### **Declaração de Voto**

O deputado Antônio Carlos Arantes – Nobres colegas, Sr. Presidente, trago aqui uma das maiores riquezas do nosso Estado de Minas Gerais: o queijo artesanal da Canastra, símbolo dos mineiros. Não dá para falar em Minas sem falar em queijo artesanal. Este queijo artesanal da Serra da Canastra, São Roque de Minas, participou, na França, no mês passado, da Copa do Mundo do Queijo Artesanal. O produtor Guilherme Ferreira, a quem cumprimentamos, mandou esse queijo clandestinamente – não havia forma de ele ir legalmente –, debaixo de roupas, dentro da mala, para apresentar o seu queijo, o queijo mineiro, o queijo da Canastra, o queijo brasileiro. E, para surpresa, este queijo ficou em segundo lugar, medalha de prata, o queijo da Canastra. Isto é uma riqueza porque distribui renda. Um quilo deste queijo era vendido por R\$20,00, R\$30,00; hoje já está por mais de R\$120,00, gerando desenvolvimento para o povo da Canastra e para o povo mineiro. E por que o trago aqui? Porque a luta pelo queijo artesanal é uma luta nossa, que começou desde o tempo do João Batista, que faleceu há pouco tempo, e com o deputado Doutor Viana. Depois assumimos e conseguimos trabalhar esse projeto. O projeto de lei aprovado nesta Casa foi de minha autoria, mas apoiado por todos os deputados desta Casa no mandato passado, e, se fosse agora, também teria o apoio. Isso mostra que esta Casa está sintonizada com o povo mineiro, com o queijo da Canastra, com o queijo artesanal mineiro. E, minha gente, tivemos também a felicidade, na semana passada, de ir a São Roque de Minas. Deputado Durval Ângelo, o produtor Guilherme Ferreira recebeu o primeiro certificado de qualidade do queijo artesanal mineiro. Isso foi uma grande conquista para o povo mineiro. Agora o nosso queijo atravessa as divisas de São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás sem ser mais um produto clandestino, pois agora está legalizado. Precisamos trabalhar para que ele possa viajar pelo mundo e ganhar novos espaços de forma legal, e não mais de forma ilegal, como ainda tem atravessado as fronteiras do Brasil. Esta Casa tem de comemorar este momento, que não foi somente da nossa responsabilidade. Se não houvesse produtores como o Guilherme, o Zé Mário, o Zé Antônio e centenas de outros da Serra da Canastra, do Serro, da Serra do Salitre e das Vertentes, que acreditam na seriedade e no trabalho e têm respeito por um produto como este, que faz parte da cultura do povo mineiro, isso não teria acontecido. O deputado Dalmo Ribeiro Silva sempre trabalha com o queijo da região do Sul de Minas. Houve a contribuição dos deputados, do Parlamento, do governo Anastasia, do governo Alberto Pinto Coelho e, agora, do governo Pimentel, que está sendo parceiro, através do João Cruz e do IMA, com os Drs. Altino e Thales, que realizaram um belíssimo trabalho. Agora o Márcio Botelho está lutando para cada dia avançar mais nessa legislação. Avançamos muito, mas precisamos avançar mais. Deputados Bonifácio Mourão, Sargento Rodrigues, Dalmo Ribeiro Silva, Durval Ângelo, Ricardo Faria e Geraldo Pimenta, o queijo não tem partido. Ele é do povo mineiro e é apartidário. Temos de buscar uma legislação ainda melhor. Agora, vamos para a cozinha saborear o produto mais original do povo mineiro. Muito obrigado.

#### **Suspensão da Reunião**

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 10 minutos para que se ultime a redação de pareceres de redação final. Estão suspensos os nossos trabalhos.



### Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

– A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final do Projeto de Resolução nº 17/2015 (À promulgação.) e dos Projetos de Lei nºs 1.254 e 2.020/2015 (À sanção.).

### Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para as extraordinárias de amanhã, às 9 e às 18 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, dia 14, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 14/7/2015.). Levanta-se a reunião.

### ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/5/2015

Às 8h15min, comparecem na Associação Atlética Banco do Brasil em Itaobim os deputados Arlen Santiago, Doutor Jean Freire e Ricardo Faria, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater o atendimento em saúde na região do Vale do Jequitinhonha e Mucuri e o impacto da judicialização da saúde nos municípios e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Rita de Cássia S. Capdeville, vice-prefeita municipal de Araucaí; Jalvanice Lopes, diretora clínica do Hospital Vale do Jequitinhonha; Maria de Fátima Oliveira Neves Zecchi, conselheira municipal de Saúde de Itaobim; Jeilza Moreira da Cruz Barreto, secretária municipal de Saúde de Itaobim; e os Srs. Emanuel Dias Oliveira, vice-presidente da Câmara Municipal de Itaobim; Francisco de Oliveira Carvalho, diretor da Gerência Regional de Saúde de Pedra Azul, representando o secretário de Estado de Saúde; José Roberto Pimenta Mourão, superintendente regional de Saúde de Diamantina; Henrique Ramos de Souza, presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais – Cosems – Regional Pedra Azul; Harley Lopes Oliveira, prefeito municipal de Virgem da Lapa; Brithiner do Nascimento, médico regulador da Secretaria Municipal de Saúde de Itaobim; e Luiz Carlos Barreto Silva, presidente da Associação Médica de Teófilo Otoni, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Doutor Jean Freire, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.994/2015, dos deputados Arlen Santiago, Ricardo Faria e Doutor Jean Freire, em que solicitam seja realizada reunião com o secretário de Estado de Saúde para discutir a revisão do contrato de gestão e a possibilidade de aumento dos recursos destinados ao Hospital Vale do Jequitinhonha;

nº 1.995/2015, dos deputados Arlen Santiago, Ricardo Faria e Doutor Jean Freire, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para realizar estudos que viabilizem maior aporte de recursos financeiros nas políticas de saúde na área das doenças sexualmente transmissíveis e Aids para a região do Vale do Jequitinhonha;

nº 1.996/2015, dos deputados Arlen Santiago, Ricardo Faria e Doutor Jean Freire, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para viabilizar o serviço de cirurgia ortopédica de alta complexidade no Hospital Vale do Jequitinhonha, em Itaobim.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de maio de 2015.

Arlen Santiago, presidente – Ricardo Faria – Doutor Jean Freire – Neilando Pimenta.

### ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/6/2015

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Cabo Júlio e Fábio Cherem, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio Cherem, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas entre parênteses: ofícios dos Srs. Leonardo Duque Barbabela, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público (7/5/2015) e Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior, superintendente administrativo adjunto do Tribunal de Justiça do Estado (2) (21/5/2015); e ofício dos Srs. Denilson Marins de Matos, presidente do Sindicato dos Servidores da Autarquia Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, e Tadeu Inácio, diretor jurídico, solicitando que esta Casa instale uma auditoria nas despesas e gastos da referida autarquia, para que se apurem todos os atos que envolvam o trato legal e defeso do cidadão de Minas Gerais. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei Complementar nº 9, no 1º turno, do qual designou como relatora a deputada Cristina Corrêa. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 884/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.069/2015, do deputado Roberto Andrade, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei Complementar nº 9/2015, que regula os direitos dos não optantes de que trata o § 2º do art. 48 da Lei Federal nº 8.935, de 1994, e dá outras providências;

nº 2.111/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as medidas que estão sendo adotadas no sentido de agregar à função dos motoristas de transporte público coletivo do Município de Belo Horizonte as atribuições de cobradores;

nº 2.112/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 1.504/2015, de autoria do governador, que dispõe sobre a política remuneratória das carreiras dos profissionais da educação básica do Poder Executivo que especifica, altera a estrutura da carreira de Professor da Educação Básica e dá outras providências;

nº 2.113/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública com a finalidade de debater as reivindicações dos servidores do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, tendo em vista o movimento grevista em 25/5/2015;

nº 2.114/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada audiência pública para apurar denúncia de venda de lacres de torneleiras eletrônicas dentro da Unidade Gestora de Monitoração Eletrônica, conforme matéria veiculada no dia 5/6/2015, pelo jornal *Hoje em Dia*.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2015.

João Magalhães, presidente – Tiago Ulisses – Sargento Rodrigues – João Leite.

#### **ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/6/2015**

Às 15h15min, comparece na Câmara Municipal de Dores do Indaiá o deputado Gustavo Valadares, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater a situação da rodovia MG-176, no trecho entre os Municípios de Luz e Dores do Indaiá. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Neusa Maria Ribeiro, prefeita municipal de Serra da Saudade; e os Srs. Ronaldo Antônio Zica da Costa, prefeito municipal de Dores do Indaiá; Leonardo Diógenes Coelho, presidente da Câmara Municipal de Dores do Indaiá; Elpidio Antônio da Silva, coordenador regional do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – em Abaeté, representando o Sr. Célio Dantas de Brito, diretor-geral dessa autarquia e também o Sr. Murilo de Campos Valadares, secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas; Gaspar Carlos Filho, prefeito municipal de Quartel Geral; Marcelo Alves de Souza Júnior, presidente da Associação dos Estudantes Universitários de Dores do Indaiá; Elias Ferry, Osanam Veloso dos Santos, Vanderlei Rodrigues de Paulo, Flávio Pereira de Carvalho, Wilton Felix da Silva, Silvio Silva, José Marinho, vereadores da Câmara Municipal de Dores do Indaiá, Rogério Silva, vereador da Câmara Municipal de Luz; Sosthene Moraes, vice-prefeito de Dores do Indaiá; José Lúcio Campos, vice-prefeito de Quartel-Geral; David Antônio Zica, assessor do deputado Dilzon Melo, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2015.

Deiró Marra, presidente – Celinho do Sinttrocel.

#### **ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/6/2015**

Às 19 horas, comparece no Auditório da Faculdade Estácio de Sá o deputado Fred Costa, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fred Costa, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater a transferência do albergue da Pedreira Padre Lopes para o Bairro Floresta e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Adriana de Barros Monteiro, delegada da 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil; Cláudia de Proença Marra, delegada de polícia; Maria Teresa Vergueiro Silva, presidente do Movimento Lagoinha Viva; Elizabete Sily Pestanha, presidente da Associação do Bairro Floresta; Eliana Kondo, vice-presidente da Associação do Bairro Floresta; o Maj. PM Renato Federici, da Polícia Militar de Minas Gerais, representando o comandante-geral; e os Srs. Rogério Cedrola, delegado de polícia; Gladston da Silva Lage, representante do albergue municipal do Bairro Floresta, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2015.

Wander Borges, presidente – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro.

**ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS, EM 18/6/2015**

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Noraldino Júnior, Douglas Melo e Leandro Genaro (substituindo, respectivamente, os deputados Agostinho Patrus Filho e Fred Costa, por indicação da liderança do | BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Junior, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a gestão de políticas públicas voltadas para animais domésticos e silvestres no Estado e as propostas e ações dos órgãos relacionados à proteção animal e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.308/2015, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais para debater o Projeto de Lei 5.543/2014, que dispõe sobre a "circulação de veículos de tração animal, montado ou não, em vias públicas do Estado de Minas Gerais";

nº 2.313/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja realizada visita da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais ao gabinete do deputado estadual Feliciano Filho, do Estado de São Paulo, com a finalidade de trocar experiências acerca de políticas públicas voltadas para os animais;

nº 2.314/2015, dos deputados Noraldino Júnior e Ricardo Faria e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja encaminhado ao senador Antônio Anastasia manifestação de congratulações pela iniciativa de propor o Projeto de Lei nº 351/2015, do Senado Federal, que acrescenta ao Código Civil Brasileiro dispositivo que diz que "os animais não serão considerados coisas";

nº 2.315/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora pedido de providências para que seja elucidada notícia de ocorrência de crime ambiental na Represa Chapéu d'Uvas envolvendo a caça de animais silvestres;

nº 2.316/2015, dos deputados Noraldino Júnior e Ricardo Faria e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para que avalie a possibilidade de construção de espaços para acolhimento de animais domésticos vítimas de maus-tratos ou em condições que justifiquem acolhimento pelo poder público;

nº 2.317/2015, dos deputados Noraldino Júnior e Ricardo Faria e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que seja ampliada a capacidade de acolhimento dos Centros de Triagem de Animais Silvestres de forma a possibilitar o aumento de ações de fiscalização contra o tráfico de animais silvestres e a correta destinação de animais apreendidos;

nº 2.318/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Delegacia Regional de Polícia Civil de Juiz de Fora pedido de informações oficiais e cópia do inquérito policial referentes ao crime ambiental cometido na Represa Chapéu d'Uvas, em que a polícia flagrou dois homens conduzindo um barco com capivaras e jacu mortos;

nº 2.319/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Delegacia Especializada em Investigação de Crimes contra a Fauna pedido de providências para investigação de denúncias de maus-tratos contra animais irregularmente utilizados como matrizes, com cópia de ofício do deputado Noraldino Júnior.

A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Sônia Cordelle, diretora de Biodiversidade do Instituto Estadual de Florestas, representando a Sra. Adriana Araújo Ramos, diretora-geral desse instituto; Margaret de Freitas Assis Rocha, delegada de polícia, chefe da Divisão de Proteção ao Meio Ambiente, representando o Sr. Márcio da Silva Botelho, diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária; Edna Cardozo Dias, conselheira e presidente da Comissão de Direitos dos Animais da OAB-MG; os Srs. Samuel Gazolla Lima, vereador em Ubá; Aparecido Reis Oliveira, vereador em Juiz de Fora; Rodrigo Fabiano do Carmo Said, superintendente de Vigilância Epidemiológica Ambiental e Saúde do Trabalhador, representando o Sr. Fausto Pereira dos Santos, secretário de Estado de Saúde; o Ten. PM Adenilson Brito Ferreira, representando o Cap. PM Juliano José Trant de Miranda, comandante da Companhia de Polícia Militar do Meio Ambiente; o Ten. BM Vitor Leite, representando o Cel. BM Luiz Henrique Gualberto Moreira, comandante-geral do Corpo de Bombeiros; e os Srs. Daniel Ambrósio da Rocha Vilela, analista ambiental, representando o Sr. Marco Túlio Simões Coelho, superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis de Minas Gerais; Messias Francisco Lôbo Júnior, chefe do Setor de Fiscalização do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais; Jean Cloude Santos, presidente do Centro de Psicologia Canina; Átila Torquato, assessor parlamentar de proteção animal da Aliança Juizforana de Defesa Animal; José Renato de Rezende Costa, conselheiro de Estado de Saúde, representando o Conselho Regional de Medicina Veterinária, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e concede a palavra à deputada Ione Pinheiro, uma das autoras do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de julho de 2015.

Noraldino Júnior, presidente.

**ATA DA 4ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES – § 1º DO ART. 204 DO REGIMENTO INTERNO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/6/2015**

Às 10h49min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Rogério Correia, Thiago Cota e Tito Torres, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; e os deputados Anselmo José Domingos e Roberto Andrade, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes – § 1º do art. 204 do Regimento Interno. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Tito Torres, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.659/2015 com a Emenda nº 4, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 3 (relator: deputado Tiago Ulisses). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Arnaldo Silva – Thiago Cota – Rogério Correia – Vanderlei Miranda.

**ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/6/2015**

Às 15h3min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Felipe Attiê e Fábio Avelar Oliveira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Felipe Attiê, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.086 e 1.102/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pelo presidente e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.354/2015, do deputado Agostinho Patrus Filho, em que solicita seja realizada audiência pública para tratar da temática da economia criativa;

nº 2.355/2015, do deputado Agostinho Patrus Filho, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. David Neelman, presidente da empresa Azul Linhas Aéreas, líder do Consórcio Agrupamento Gateway, por ter vencido o processo de privatização da companhia TAP;

nº 2.356/2015, do deputado Agostinho Patrus Filho, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Ivo Faria, proprietário do Restaurante Vecchio Sogno, pelos 20 anos de sua fundação;

nº 2.357/2015, do deputado Agostinho Patrus Filho, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Guilherme Ferreira, proprietário da Estância Capim Canastra, por ser o primeiro produtor brasileiro a conquistar uma medalha Mundial de Fromage de Tours, na França, um dos principais concursos de queijo do mundo.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2015.

Roberto Andrade, presidente – Fábio Avelar Oliveira – Glaycon Franco.

**ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/6/2015**

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Geisa Teixeira e os deputados Celinho do Sinttrocel e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o deputado Gil Pereira, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Geraldo Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 601, em turno único, 1.208, em turno único, e 1.275/2015, em turno único (deputado Celinho do Sinttrocel); e Projetos de Lei nºs 627, em turno único, 698, em turno único, 1.190, em turno único, e 1.204/2015, em turno único (deputada Geisa Teixeira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nº 990/2015 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel), 992/2015 (relatora: deputada Geisa Teixeira), 1.112/2015 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel) e 1.151/2015 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel) que receberam parecer por sua aprovação, votando "sim" a deputada Geisa Teixeira e os deputados Celinho do Sinttrocel e Dalmo Ribeiro Silva. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.085/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.421/2015, da deputada Geisa Teixeira, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Município de Capitólio, na pessoa do Sr. José Eduardo Terra Vallory, prefeito municipal, tendo em vista que o município foi destaque regional em



levantamento realizado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, no Índice Firjan de Gestão Fiscal 2015, referente ao ano de 2013. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2015.

Celinho do Sinttrocel, presidente – Geisa Teixeira – Rogério Correia – Marília Campos.

#### **ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/6/2015**

Às 15h6min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Cristina Corrêa e Ione Pinheiro e os deputados Thiago Cota e Wander Borges, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Cristina Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir a atuação e a composição do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Difusos – Cedif –, a concepção e a aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Difusos – Fundif –, bem como as diretrizes a serem adotadas pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, na condição de órgão gestor desse fundo. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 426/2015, em turno único (Cristina Corrêa), e Projeto de Lei nº 1250/2015, em turno único (Ione Pinheiro).

A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. André Luiz de Castro Ferreira, assessor de planejamento da Secretaria de Estado de Cultura, representando o secretário; Sérgio Martins Barbosa, assessor de planejamento da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, representando o secretário; Luiz Alberto Ribeiro Vieira, superintendente de Planejamento, gestão e Finanças da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, representando o secretário; Marcos Paulo de Souza Miranda, promotor de justiça coordenador da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais; as Sras. Françoise Jean de Oliveira Souza, diretora de proteção e memória do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha –, representando a presidente; Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, diretora da Biblioteca do Acervo Documental do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais – IHGMG –, representando o presidente; e o Sr. Tarcísio Martins, coordenador de projetos da Associação do Patrimônio Histórico, Artístico e Ambiental de Belo Vale – APHAA-BV –, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra aos deputados Wander Borges e Thiago Cota e à deputada Ione Pinheiro, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação é aprovado o Requerimento nº 375/2015. São recebidos pelo presidente e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.422/2015, dos deputados Wander Borges e Thiago Cota e das deputadas Ione Pinheiro e Cristina Corrêa, em que solicitam seja realizada audiência pública da Comissão de Cultura para discutir os rumos da Política Nacional de Cultura Viva (Programa Cultura Viva) no Estado;

nº 2.423/2015, dos deputados Wander Borges e Thiago Cota e das deputadas Cristina Corrêa e Ione Pinheiro, em que solicitam seja realizada audiência pública da Comissão de Cultura para debater a Lei Federal nº 13.019, de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nºs 8.429, de 1992 e 9.790, de 1999;

nº 2.424/2015, dos deputados Wander Borges e Thiago Cota e das deputadas Cristina Corrêa e Ione Pinheiro, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a liberação de recursos da ordem de R\$8 milhões do Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Difusos – Fundif –, de forma a permitir a conclusão dos 72 projetos aprovados e passíveis de celebração de convênios, conforme aprovação do Conselho Estadual dos Direitos Difusos – Cedif –, para permitir a edição de novos editais;

nº 2.425/2015, dos deputados Wander Borges e Thiago Cota e das deputadas Cristina Corrêa e Ione Pinheiro, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, pedido de providências para a liberação de recursos da ordem de R\$8 milhões do Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Difusos – Fundif –, de forma a permitir a conclusão dos 72 projetos aprovados e passíveis de celebração de convênios, conforme aprovação do Conselho Estadual dos Direitos Difusos – Cedif –, para permitir a edição de novos editais;

nº 2.426/2015, da deputada Celise Laviola e dos deputados Bosco e João Alberto, em que solicitam seja realizada visita da Comissão de Cultura aos prédios que compõem o Circuito Cultural Praça da Liberdade para avaliar as necessidades emergenciais de intervenção e elaboração de relatório apontando os principais problemas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2015.

Bosco, presidente – Ione Pinheiro – Thiago Cota.

**ATA DA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/6/2015**

Às 19h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues e João Leite, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater os índices de criminalidade na região do Bairro Buritis e a ouvir moradores e lideranças comunitárias sobre o tema. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do deputado Fred Costa, justificando sua ausência nesta reunião em virtude de compromissos previamente agendados; e do Sr. Vítor Valderde, secretário de Governo de Belo Horizonte, indicando o nome do representante do Executivo Municipal para esta reunião. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Sônia Maria Jesus de Miranda, delegada da 4ª Delegacia de Polícia Civil; e Cláudia Márcia Belezia, presidente do Conselho Municipal de Segurança Pública da 126ª Cia PM; o Ten. Cel. PM Antoniezio Alves de Souza, comandante do 5º Batalhão de Polícia Militar, representando o Sr. Marco Antônio Badaró Bianchini, comandante-geral da Polícia Militar; o Maj. PM Marcos Afonso Pereira, comandante da 126ª Cia de Polícia Militar; e os Srs. Milton Jerônimo Paulo, delegado regional de Polícia Civil; José Geraldo de Souza, subinspetor da Guarda Municipal, representando o Sr. Hélio dos Santos Júnior, secretário municipal de Segurança Urbana e Patrimonial; Paulo Gomide, diretor de Comunicação da Associação dos Moradores do Bairro Buritis, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência tece suas considerações iniciais e, em seguida, concede a palavra ao deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente – Celise Laviola – Durval Ângelo – João Leite – Professor Neivaldo – Cabo Júlio.

**ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/6/2015**

Às 10h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado Noraldino Júnior, membro da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Lafayette de Andrada e Missionário Marcio Santiago. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Júnior, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater a situação que envolve o transporte de cargas sobre trilhos que passam pelo perímetro urbano do Município de Juiz de Fora e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Rodrigo Cabreira de Mattos, Hitler Vagner C. de Oliveira, Antônio Santos de Aguiar, Jucelio Aparecido José Maria, José Emanuel Esteves de Oliveira, Julio Carlos Gasparette, Oliveira Moura Tresse, Léo de Oliveira, sendo o primeiro presidente e os demais vereadores da Câmara Municipal de Juiz de Fora; Rodrigo Mata Tortoriello, secretário municipal de Transportes e Trânsito de Juiz de Fora; Sérgio Henrique Carrato, representante da MRS Logística; Maurício Lima Corrêa, sócio/voluntário da ONG Amigos do Trem; Vicente Paulo da Silva, coordenador do Trem Fora de Juiz de Fora; João Paulo do Amaral Braga, presidente da Clube de Investimentos dos Ferroviários da Malha Sudeste; Luiz Fernando Sirimarco Jr., advogado e representante do deputado federal Julio Delgado; João Carlos Vitor Garcia, gestor da Superintendência Regional de Saúde de Juiz de Fora, e o Cap. PM Herivelton Camilo Soares, comandante da 30ª Companhia da Polícia Militar de Minas Gerais, representando o comandante da 15ª Região, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2015.

Fred Costa, presidente – Wander Borges – Geisa Teixeira.

**ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/6/2015**

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Lamac e Cristiano Silveira, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Marília Campos e o deputado Rogério Correia. O presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater os aspectos administrativos relacionados à representação estudantil no âmbito das escolas públicas estaduais e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Natália Avelar Gomes, secretária-geral da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas; representando a coordenadora geral da referida associação; Juliana Souza Paradelo, presidente do Grêmio Estudantil do Cefet-MG; Thaís Michelle Mátia Zacarias, diretora da Regional MG-ES da Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Médio; Laís Moreira Silva, diretora da Associação Nacional de Pós-Graduandos; Kessia Cristina Teixeira de Paula Silva, diretora de mulheres da União Colegial de Minas Gerais – UCMG; Nina Gabriela D'Angelo Santos, diretora de Assistência Estudantil da UCMG; e os Srs. Wladimir Tadeu Silveira Coelho, diretor de Ensino Médio da Secretaria de Estado da Educação, representando a secretária de Estado de Educação; Francisco Faria, presidente da União Colegial de Minas Gerais; Paulo Sérgio de Oliveira, presidente da UCMG; Bruno Francisco Pinheiro, tesoureiro da UMES Betim; Marcelo Cassimiro Lourenço de Jesus, presidente do Grêmio Estudantil A União Faz



a Força; Nicolas Guilherme Lopes, presidente do Conselho Fiscal do referido grêmio estudantil; Guilherme Henrique Vieira Marques, diretor da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas; Nathan Kapler, membro da Juventude do PMDB; Patrick Silva, diretor de Assistência Estudantil da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente e o deputado Cristiano Silveira, autores do requerimento que deu origem ao debate, tecem suas considerações iniciais. Logo após, a presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2015.

Paulo Lamac, presidente – Geisa Teixeira – Professor Neivaldo.

#### **ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/6/2015**

Às 10h15min, comparece no Centro de Feiras Multiuso Carlos Mandu, em Coronel Murta, o deputado Gustavo Valadares, membro da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Doutor Jean Freire. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater os impactos causados na ponte sobre o Rio Jequitinhonha, localizada na entrada do Município de Coronel Murta, em razão do transporte de granito proveniente de empresas extrativistas localizadas na região. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Eliana Piedade Alves Machado, superintendente regional de Regularização Ambiental do Jequitinhonha, de Diamantina; os Srs. Francisco Eletância Freire Murta, prefeito municipal de Coronel Murta; Waldir Cordeiro, vice-prefeito de Coronel Murta; José Ailton Freire Jardim, presidente da Câmara Municipal de Coronel Murta; o Cel. PM Aroldo Pinheiro de Araújo, comandante da 15ª Região da Polícia Militar, representando o Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, comandante-geral da Polícia Militar; e os Srs. João Pereira dos Santos, coordenador regional do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais em Araçuaí, representando o Sr. Célio Dantas de Brito, diretor-geral desse departamento; José Balbino Maia de Figueredo, presidente do Sindicato Intermunicipal da Indústria de Rochas Ornamentais de Minas Gerais e diretor da Fiemg; Josias Gomes Ribeiro Filho, diretor de Relações Institucionais do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais; e Harley Lopes Oliveira, prefeito de Virgem da Lapa, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2015.

Anselmo José Domingos, presidente – Gustavo Valadares – Celinho do Sinttrocel.

#### **ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/6/2015**

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Cabo Júlio, Gustavo Valadares, Roberto Andrade (substituindo o deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação da liderança do BCMG), Rogério Correia (substituindo a deputada Cristina Corrêa, por indicação da liderança do BMM) e Tiago Ulisses (substituindo o deputado Fábio Cherem, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Roberto Andrade, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 797/2015, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Cabo Júlio). O Projeto de Lei nº 1.106/2015, no 1º turno, é convertido em diligência ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais atendendo a requerimento do relator, deputado João Magalhães. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 731, 934 e 1.124/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.438/2015, do deputado Ricardo Faria, em que solicita seja encaminhado à Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja emitida declaração constando as datas de admissão e demissão de Leni Rosa Vieira Brandão da Cooperativa dos Trabalhadores Multiprofissionais em escola estadual, bem como certidão de tempo de contribuição, caso tenha tido recolhimento previdenciário para o regime próprio;

nº 2.439/2015, do deputado Isauro Calais, em que solicita seja realizada audiência pública para entregar os votos de congratulações aos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais pela eficiência e referência na atuação como servidores públicos;

nº 2.440/2015, do deputado Dirceu Ribeiro, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Administração Pública, de Constituição e Justiça e de Educação, Ciência e Tecnologia com vistas a buscar uma solução definitiva para a situação dos servidores da educação atingidos pela inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 100, de 2007;



nº 2.441/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada visita ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais para debater acerca da matéria tratada no Projeto de Lei nº 1.106/2015, que concede anistia aos servidores que participaram de greve ou movimentos reivindicatórios realizados pelo sindicato de sua categoria em 17 de novembro de 2011 e de 23 de novembro a 14 de dezembro de 2011.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2015.

João Magalhães, presidente – Rogério Correia – Cristina Corrêa.

#### **ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/6/2015**

Às 20h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Durval Ângelo, Felipe Attiê, Roberto Andrade (substituindo o deputado Isauro Calais, por indicação da liderança do BCMG) e Vanderlei Miranda (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Celise Laviola e os deputados Rogério Correia, Gustavo Valadares, Fábio Cherem e João Magalhães. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Vanderlei Miranda, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do deputado Leonídio Bouças sobre o Projeto de Lei nº 2.173/2015, no 1º turno, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, na forma do Substitutivo nº 1, é apresentado o voto em separado do deputado Bonifácio Mourão, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1 que apresenta. Submetida à votação é aprovado o parecer, ficando prejudicado o voto em separado. Registram-se os votos contrários dos deputados Bonifácio Mourão e Felipe Attiê. Após discussão e votação é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.020/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças). Registra-se o voto contrário do deputado Felipe Attiê. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoça a reunião extraordinária de amanhã às 9 horas e convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2015.

Leonídio Bouças, presidente – Bonifácio Mourão – Isauro Calais – João Alberto.

#### **ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/6/2015**

Às 15h1min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Anselmo José Domingos, Celinho do Sinttrocel e Gustavo Valadares. Havendo número regimental, o presidente, deputado Anselmo José Domingos, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Gustavo Valadares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 974/2015 com a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Gustavo Valadares). Registra-se a presença do deputado Deiró Marra. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.141, 1.147, 1.181 a 1.193 e 1.204/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.361 a 2.366, 2.368 e 2.369, 2.372, 2.373, 2.375, 2.376 e 2.377 a 2.411/2015.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 2.468/2015, das deputadas Cristina Corrêa e Marília Campos e do deputado Professor Neivaldo, em que solicitam sejam encaminhadas à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas e ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER/MG – as notas taquigráficas da 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, realizada em 9/6/2015;

nº 2.469/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para o fornecimento de telefonia móvel no Distrito de São Bartolomeu, em Sem-Peixe, pelo Programa Minas Comunica II;

nº 2.470/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Operadora Vivo pedido de providências para o fornecimento de telefonia móvel no Distrito de São Bartolomeu, em Sem Peixe, pelo Programa Minas Comunica II;

nº 2.474/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para a implantação de instrumentos para auxílio de pousos e decolagens no Aeroporto Regional Presidente Itamar Augusto Cautieiro Franco, para uso quando as condições meteorológicas assim demandarem;

nº 2.475/2015, do deputado Wander Borges, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e Assuntos Municipais e Regionalização para debater as desapropriações e a situação da duplicação da MG-05, localizada no Bairro Goiânia, em Belo Horizonte;



nº 2.476/2015, do deputado Wander Borges, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e Assuntos Municipais e Regionalização para debater as condições de trânsito na Estrada Gorduras, localizada entre os Bairros Jardim Vitória e Bela Vitória, em Belo Horizonte; e próximo à entrada do Bairro Nossa Senhora de Fátima, em Sabará, com acesso à BR-381;

nº 2.478/2015, dos deputados Doutor Jean Freire e Gustavo Valadares, em que solicitam seja encaminhado ao secretário de Estado do Fazenda pedido de informações acerca do recolhimento e faturamento do ICMS resultante da extração e comercialização de pedras ornamentais, inclusive granito, provenientes dos Municípios de Coronel Murta e Araçuaí e do Médio Jequitinhonha;

nº 2.479/2015, dos deputados Doutor Jean Freire e Gustavo Valadares, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado do Fazenda pedido de providências para que seja coibida a sonegação tributária resultante da extração e comercialização de pedras ornamentais, inclusive granito, provenientes dos Municípios de Coronel Murta e Araçuaí e do Médio Jequitinhonha;

nº 2.480/2015, dos deputados Gustavo Valadares e Doutor Jean Freire, em que solicitam seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER/MG – pedido de providências com vistas à revitalização da ponte sobre o Rio Jequitinhonha, localizada na entrada do Município de Coronel Murta, e à instalação de postos de balança nas rodovias de acesso à região, objetivando coibir o sobrepeso e consequente danificação das rodovias e da ponte;

nº 2.481/2015, dos deputados Gustavo Valadares e Doutor Jean Freire, em que solicitam seja encaminhado ao Ministério do Trabalho pedido de informações sobre o número de trabalhadores com carteira assinada alocados nas empresas responsáveis pela atividade de extração e comercialização mineral situadas nos Municípios de Coronel Murta e Araçuaí e nos demais municípios do Médio e Baixo Jequitinhonha;

nº 2.482/2015, dos deputados Gustavo Valadares e Doutor Jean Freire, em que solicitam seja encaminhado à Copasa pedido de providências para que seja realizada a adequação do despejo de esgoto no Rio Jequitinhonha, especificamente na região de Coronel Murta.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2015.

Celinho do Sintrocel, presidente – Neilando Pimenta – Anselmo José Domingos.

#### **ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/6/2015**

Às 16 horas, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Doutor Jean Freire e Agostinho Patrus Filho (substituindo o deputado Fábio Cherem, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Doutor Jean Freire, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.472/2015, das deputadas Marília Campos e Rosângela Reis, em que solicitam seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão Extraordinária das Mulheres para debater o Projeto Movimento Mamamiga pela Vida, conforme solicitação da Associação de Prevenção do Câncer na Mulher;

nº 2.473/2015, da deputada Marília Campos e do deputado Doutor Jean Freire, em que solicitam seja realizada visita conjunta com a Comissão de Direitos Humanos ao Município de Ouro Verde de Minas, para prestar solidariedade ao prefeito Geraldo José Luiz – Gezinho, vítima de atentado a sua integridade física;

nº 2.477/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as irregularidades na gestão do Programa de Restaurantes Populares em Belo Horizonte.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2015.

Marília Campos, presidenta – Fábio Cherem – Doutor Jean Freire.

#### **ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/6/2015**

Às 16h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Jorge e Léo Portela, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Jorge, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é considerada aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater os resultados da aplicação da Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008, conhecida como Lei Seca, quanto à redução do número de acidentes provocados por motoristas sob o efeito do álcool no Brasil, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Lúcia Maria Miana Mattos Paixão, médica epidemiologista, representando o Sr. Fabiano Geraldo Pimenta Júnior, secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte; Soraia Romina Santos, presidente do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas de Belo Horizonte – CMPD-BH; Mônica Magda Mendes, gerente de apoio operacional da BHTrans; e os Srs. Kléber Rangel Silva, diretor de Vigilância de Doenças Crônicas e Agravos não-Transmissíveis da Subsecretaria de Vigilância e Proteção à Saúde, representando o Sr. Fausto Pereira dos Santos, secretário de Estado de Saúde; Aloísio Andrade, presidente do Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas – Conead – Belo

Horizonte; Valdir Ribeiro Campos, membro da Comissão de Controle do Tabagismo, Alcoolismo e Uso de Outras Drogas da AMMG; Marcelo Sarsur Lucas da Silva, professor do Centro Universitário Newton Paiva – Belo Horizonte; Anderson Alcântara Silva Melo, delegado-geral, coordenador de Operações do Departamento de Trânsito de Minas Gerais; Fábio Mehanna S. Carvalho, policial rodoviário federal; e Carlos Bernardino Xavier do Vale, policial rodoviário federal, que são convidados a tomar assento à mesa. Na condição de um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, o presidente, deputado Antônio Jorge, passa a tecer suas considerações iniciais e, em seguida, concede a palavra ao deputado Léo Portela, também autor do requerimento, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 1.179/2015 deixa de ser apreciado por falta de quórum. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2015.

Antônio Jorge, presidente – Léo Portela.

#### **ATA DA 8ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/6/2015**

Às 18h4min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Gustavo Corrêa, Durval Ângelo (substituindo a deputada Cristina Corrêa, por indicação da liderança do BMM) e Vanderlei Miranda (substituindo o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de Administração Pública; e os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Felipe Attiê, Rogério Correia, Agostinho Patrus Filho (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BCMG), Bonifácio Mourão (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC) e Durval Ângelo (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Estão presentes, também, os deputados Leonídio Bouças, Glaycon Franco e Professor Neivaldo. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Agostinho Patrus Filho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições das comissões. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Presidência informa que faz retirar da pauta da reunião o Projeto de Lei nº 2.019/2015, por ter sido apreciado em reunião anterior. Após discussão e votação, é aprovado o parecer da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária que conclui pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.173/2015, na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Administração Pública, com a Emenda nº 1, e pela rejeição do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Tiago Ulisses). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2015.

João Magalhães, presidente – Tiago Ulisses – Fábio Cherem – Gustavo Corrêa.

#### **ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/7/2015**

Às 9h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira, Paulo Lamac e Professor Neivaldo (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Paulo Lamac, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater os trabalhos realizados pela Comissão da Verdade sobre a escravidão negra no Brasil, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Luciana Ribeiro da Fonseca, promotora de justiça, comunicando o arquivamento do Procedimento Preparatório MPMG 0024.13.003998-5, e que, caso não ocorra concordância do presidente da Comissão de Direitos Humanos, poderá apresentar razões escritas ou documentos ao Conselho Superior do Ministério Público no prazo de 10 dias a partir do recebimento desta; e dos Srs. Fernando Pereira Gomes Neto, prefeito municipal de Lagoa Santa, requerendo designação de audiência para que possa exercer seu direito de defesa e ao contraditório sobre a denúncia apresentada nesta comissão no dia 29 de abril deste ano; e Doorgal Andrada, desembargador do TJMG, encaminhando cópia do relatório feito pela Sra. Adriana Laporte Neves, servidora comissária de menores de Barbacena; e-mail da Sra. Teresinha, apresentando denúncia de possível abuso de autoridade durante exame de direção no Município de Lagoa Santa. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Christiane Neves Procópio Malard, defensora pública-geral do Estado; e Elisa Smanoto, diretora de Gestão Interna do Gabinete Adjunto de Gestão e Atendimento da Presidência da República (11/6/2015), e Simone Martins Rezende, escritã de Polícia Federal (25/6/2015), e do Cel. PM Márvio Cristo Moreira, chefe da Assessoria Institucional da PMMG (11/6/2015), e dos Srs. Alexandre de Menezes Rodrigues, corregedor do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais; Antônio Carlos de Alvarenga Freitas, chefe de gabinete da Polícia Civil; Cássio Azevedo Fontenelle, juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça; e Marcello Guilherme Abi-Saber, secretário municipal de Assuntos Institucionais de Belo Horizonte (25/6/2015). A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Cleide Hilda de Lima Souza, subsecretária de Promoção de Políticas da Igualdade Racial da Secretaria de Estado de Direitos Humanos,



Participação Social e Cidadania; e os Srs. Humberto Adami Santos Júnior, presidente da Comissão Nacional da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil; Daniel Dias de Moura, presidente da Comissão Estadual da Verdade sobre a Escravidão Negra; José Antônio Ventura, presidente da Confederação Nacional Quilombola e membro da Comissão Nacional da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Professor Neivaldo, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Registra-se a presença da deputada Cristina Corrêa. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.100, 1.109, 1.150 e 1.232/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.484/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Salinas pedido de informações sobre a situação do abastecimento de água na Comunidade Santa Rosa, conforme denúncia recebida pela Comissão de Direitos Humanos;

nº 2.485/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de providências para o preenchimento das vagas do cargo de investigador em Juiz de Fora, da inaplicabilidade da Lei Complementar Federal nº 144, de 2014, e o cumprimento da Lei Orgânica da Polícia Civil de Minas Gerais, aprovada em 2013, tendo em vista o déficit de investigadores e escrivães naquele município;

nº 2.486/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à Procuradoria-Geral de Justiça de Minas Gerais, à Corregedoria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e à Corregedoria da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para averiguação de denúncia, recebida por esta comissão, de supostas ações violentas cometidas por policiais militares, no município de Viçosa, contra Júlio César da Silva, e a inércia do Ministério Público e do juiz acerca de tais fatos no decurso do processo;

nº 2.487/2015, do deputado Dirceu Ribeiro, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Direitos Humanos para tratar de denúncias apresentadas na 36ª Reunião Ordinária desta comissão pelo Sr. Gessy Almeida Pereira contra o Sr. José Roberto de Oliveira, médico e prefeito atual de Leopoldina;

nº 2.488/2015, dos deputados Cristiano Silveira e Rogério Correia, em que solicitam sejam encaminhadas aos deputados federais e senadores eleitos por Minas Gerais as notas taquigráficas da 5ª Reunião Especial da Comissão de Direitos Humanos, que teve por finalidade debater a redução da maioria penal;

nº 2.489/2015, do deputado Iran Barbosa, em que solicita seja realizada visita da Comissão de Direitos Humanos aos espaços de assistência social sob gestão da Prefeitura de Belo Horizonte, em particular da Regional Venda Nova, com a finalidade de verificar as condições de atendimento e de infraestrutura desses locais em face de denúncias recebidas de suposta insalubridade de instalações e armazenagem de cestas básicas;

nº 2.490/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Direitos Humanos para debater proposta popular e plural para a solução do conflito das Ocupações de Isidora, conforme solicitação do representante da Comissão Pastoral da Terra encaminhada à Comissão de Participação Popular;

nº 2.491/2015, da deputada Marília Campos e dos deputados Cristiano Silveira e Paulo Lamac, em que solicitam seja realizada visita conjunta das Comissões de Participação Popular e de Direitos Humanos ao Município de Ouro Verde de Minas para prestar solidariedade ao Sr. Geraldo José Luiz (Gezinho), prefeito desse município, vítima de atentado à sua integridade física;

nº 2.492/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Direitos Humanos para debater as supostas violações dos direitos humanos dos trabalhadores da empresa Embraforte Segurança e Transporte de Valores;

nº 2.493/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Direitos Humanos para debater as supostas violações dos direitos humanos com a implantação do Projeto Hidroagrícola do Município de Jequitaiá, conforme denúncias feitas pelo Movimento dos Atingidos por Barragens;

nº 2.494/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Direitos Humanos para debater as ameaças sofridas pela Sra. Rafaela Xavier Luiz, em virtude das denúncias que apresentou em prol dos pacientes diagnosticados com câncer que tiveram essa informação ocultada, em Paracatu;

nº 2.502/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Direitos Humanos no Município de Santos Dumont para debater possíveis processos ilegais de adoção e tráfico internacional de crianças ocorridos nesse município e cidades vizinhas na década de 1980;

nº 2.503/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à Corregedoria da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para averiguar possíveis irregularidades na atuação de policiais militares durante manifestação ocorrida no Município de Belo Oriente, conforme denúncia recebida pela Comissão de Direitos Humanos;

nº 2.505/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado ao Superintendente Regional da Polícia Federal em Minas Gerais pedido de informações sobre o andamento do inquérito policial contra a empresa Embraforte Segurança e Transporte de Valores Ltda., figurando como vítima a Caixa Econômica Federal;

nº 2.506/2015, dos deputados Professor Neivaldo e Cristiano Silveira, em que solicitam seja encaminhado às Secretarias de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, de Desenvolvimento Agrário e de Desenvolvimento Regional e Política Urbana pedido de providências para que haja celeridade na titulação de terras e regularização fundiária dos quilombos do Estado;

nº 2.507/2015, dos deputados Professor Neivaldo e Cristiano Silveira, em que solicitam seja encaminhado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil pedido de providências solicitando a abertura dos arquivos da Igreja Católica às Comissões Nacional e Estadual da OAB sobre a escravidão dos negros no Brasil;



nº 2.508/2015, dos deputados Cristiano Silveira e Professor Neivaldo, em que solicitam seja encaminhado ofício à Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais solicitando a criação da Comissão Especial da Verdade sobre a Escravidão de Negros no Brasil;

nº 2.509/2015, dos deputados Cristiano Silveira e Professor Neivaldo, em que solicitam seja encaminhado ofício à Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais solicitando o reconhecimento da importância da Comissão Nacional da Verdade sobre a Escravidão de Negros no Brasil da OAB por meio de ato solene desta Casa;

nº 2.511/2015, dos deputados Cristiano Silveira e Professor Neivaldo, em que solicitam sejam encaminhadas às Secretarias de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; de Desenvolvimento Agrário; de Desenvolvimento Regional e Política Urbana e de Educação, às Comissões da Verdade Nacional e Estadual sobre a Escravidão de Negros no Brasil e demais entidades presentes na 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em 1º/7/2015, as notas taquigráficas da referida reunião.

É aprovado relatório de visita conjunta das Comissões de Direitos Humanos e Extraordinária das Mulheres ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais realizada no dia 21/05/2015.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de julho de 2015.

Duarte Bechir, presidente – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Geraldo Pimenta.

### **ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1/7/2015**

Às 10h38min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, João Alberto, Bonifácio Mourão e Isauro Calais, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Bonifácio Mourão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento do ofício do deputado Antônio Jorge, justificando sua ausência na presente reunião. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.623, 1.686, 1.744, 1.764, 2.026, 2.053, 2.109 e 2.112/2015 (Antônio Jorge); 1.692, 1.759, 2.037 e 2.069/2015 (Bonifácio Mourão); 1.726, 2.088 e 2.067/2015 e Recurso nº 1/2015 (Cristiano Silveira); Projetos de Lei nºs 1.629, 1.679, 1.687, 1.762, 2.027 e 2.050/2015 (Isauro Calais); 1.624, 1.683, 1.693, 1.761, 2.111 e 2.066/2015 (João Alberto); 1.781, 1.786 e 2.080/2015 (Leonídio Bouças); 1.626, 1.753, 2.038, 2.040 e 2.110/2015 (Luiz Humberto Carneiro). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei Complementar nº 15/2015 é retirado da pauta por deliberação da comissão a requerimento do deputado Antônio Jorge. Os Projetos de Lei mencionados entre parênteses são retirados da pauta por deliberação da comissão a requerimentos dos deputados: Luiz Humberto Carneiro (777, 53, 572, 26, 1.299 e 1.492/2015); Antônio Jorge (1.084, 1.368, 1.493, 13, 229, 251, 327, 451, 580, 686, 747, 922, 1.294, 1.415, 1.435, 1.455, 1.479, 1.203, 1.285 e 1.298/2015); João Alberto (617 e 785/2015). Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, do Projeto de Resolução nº 11/2015 com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: deputado João Alberto). Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.132/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Isauro Calais). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 1.259/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Leonídio Bouças); 1.497 e 1.502/2015, ambos na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Bonifácio Mourão). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 54 e 699/2015, este com a Emenda nº 1; 735 e 921/2015, este na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado João Alberto); 157, 564 e 919/2015, o primeiro e o segundo na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Isauro Calais); 1.915/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Leonídio Bouças). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 137/2015 (relator: deputado João Alberto), 173/2015 (relator: deputado Isauro Calais), 639/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição). São convertidos em diligência ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 266/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças); ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Passa-Tempo o Projeto de Lei nº 1.389/2015; ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Belo Vale o Projeto de Lei nº 1.394/2015; ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Ibituruna o Projeto de Lei nº 1.404/2015; ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Itaúna o Projeto de Lei nº 1.433/2015; ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 1.491/2015; e ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Minas o Projeto de Lei nº 1.738/2015 (relator: deputado João Alberto). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 831, 1.039 e 1.145/2015, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelos respectivos relatores, deputados João Alberto, do primeiro e do último, e Leonídio Bouças, do segundo. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 603, 1.354 e 1.527/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças, sendo o primeiro e o último em virtude de redistribuição); 811, 1.260, 1.303/2015



(relator: deputado João Alberto); 978/2015 (relator: deputado Isauro Calais); e 1.421/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, são aprovados, cada um por sua vez, requerimentos em que se solicitam informações, nos termos do art. 301, parágrafo único, do Regimento Interno, aos autores dos Projetos de Lei nºs 1.296, 1.297, 1.301, 1.302, 1.322, 1.337, 1.338, 1.340, 1.341, 1.343 a 1.345, 1.354, 1.377, 1.383, 1.392, 1.393, 1403, 1.407 a 1.409, 1.427, 1.430, 1.434 e 1.445/2015 e ao secretário de Casa Civil, relativamente aos Projetos de Lei nºs 1.400 e 1.425/2015, para que instruem as referidas proposições com a documentação necessária à sua tramitação. Submetido a votação, é aprovado o seguinte requerimento:

nº 2.504/2015, do deputado Dirceu Ribeiro, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, Administração Pública, e Educação, Ciência e Tecnologia para debater a situação dos servidores da educação atingidos pela inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 100/2007.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2015.

Leonídio Bouças, presidente – Luiz Humberto Carneiro – Isauro Calais – Cristiano Silveira – João Alberto.

#### **ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/7/2015**

Às 14h33min, comparece na Sala das Comissões o deputado Celinho do Sinttrocel, presidente da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Marília Campos e os deputados Paulo Lamac e Rogério Correia (substituindo a deputada Geisa Teixeira, por indicação da liderança do BMM). Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião, dá a ata por aprovada e solicita aos membros da comissão presentes que a subscrevam. A presidência informa que a reunião se destina a debater a terceirização das atividades-fim da Cemig e as perspectivas de primarização na empresa. Registra-se a presença da deputada Geisa Teixeira. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Beatriz da Silva Cerqueira, presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT-MG e os Srs. Luiz Augusto Barcelos de Almeida, superintendente de Recursos Humanos da Cemig, representando o Sr. Mauro Borges Lemos, presidente dessa empresa; Carlos Calazans, consultor de Recursos Humanos da Cemig; Bruno Viana Sant'Anna, gerente de Relações Sindicais da Cemig; Amilton Fernandes da Silva, assessor de gabinete da Subsecretaria de Estado de Trabalho e Emprego, representando o Sr. Antônio Roberto Lambertucci, subsecretário dessa pasta; Jefferson Leandro Teixeira Silva, coordenador-geral do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais – Sindieletró – MG; Marcelo Correia Moura Batista, diretor do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais – Sindieletró – MG; Everson de Alcântara Tardelli, presidente da Federação dos Urbanitários de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2015.

Celinho do Sinttrocel, presidente – Gil Pereira – Cristiano Silveira.

#### **ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/7/2015**

Às 9h4min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gilberto Abramo, Léo Portela e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gilberto Abramo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Léo Portela, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final. A reunião é suspensa. Reabertos os trabalhos, estão presentes os deputados Gilberto Abramo, Léo Portela e Douglas Melo (substituindo o deputado Cássio Soares, por indicação da liderança do BCMG). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.864 e 2.019/2015. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2015.

Léo Portela, presidente – Geisa Teixeira – Douglas Melo.

#### **ATA DA 2ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/7/2015**

Às 9h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado João Magalhães, membro da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Rogério Correia, Doutor Jean Freire e Professor Neivaldo. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do inciso III do art. 120 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e solicita aos membros presentes que a subscrevam. A presidência informa que a reunião se destina a debater a situação atual, as perspectivas e a reestruturação do Ipsem e convida a tomar assento à mesa as Sras. Lígia



Maria Alves Pereira, subsecretária de Gestão de Pessoas, representando o secretário de Estado de Planejamento e Gestão; Beatriz da Silva Cerqueira, presidente da CUT-MG e coordenadora geral do Sind-UTE; Maria Abadia de Souza, presidente do Sindicato dos Servidores do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais; Viviane da Silva Queiroz Callazans, diretora do Sindicato dos Servidores da Justiça de 2ª Instância do Estado de Minas Gerais; e os Srs. Hugo Vocurca Teixeira, presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg; João Diniz Pinto Júnior, técnico em Seguridade Social e ex-presidente do Ipsemg; Naron Gutierre Nogueira, diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público; Denilson Aparecido Martins, presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil; Renato de Almeida Barros, diretor do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais; José Prata Araújo, economista e consultor em direitos sindicais dos servidores públicos mineiros; e José Pereira de Souza, presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Ipsemg. A presidência concede a palavra ao deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2015.

João Magalhães, presidente – Rogério Correia – Tiago Ulisses – Fábio Cherem – Gustavo Corrêa.

#### **ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/7/2015**

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Elismar Prado, Roberto Andrade, Douglas Melo e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Douglas Melo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos com o administrador do Aeroporto Internacional de Confins sobre os preços exorbitantes de bebidas, comida e estacionamento que são ali praticados e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mail* do Sr. Ronan Afonso, administrador do Royal Park Estacionamentos, agradecendo o convite, comunicando seu não comparecimento à audiência do dia 2/7/2015 e informando que a entidade responsável por dar esclarecimentos referentes à estipulação de preços praticados no aeroporto é a Concessionária BHAirport. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Marcelo Rodrigo Barbosa, gerente-geral do Procon Assembleia; e Guilherme Motta Gomes, relações institucionais da BH Airport – Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins, representando o diretor-presidente da concessionária, que são convidados a tomar assento à mesa. Os deputados Elismar Prado, Douglas Melo, Roberto Andrade e Noraldino Júnior, autores do requerimento que deu origem ao debate, tecem suas considerações iniciais. Logo após, a presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2015.

Elismar Prado, presidente – Douglas Melo – Roberto Andrade.

#### **ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/7/2015**

Às 14h15min, comparece na Câmara Municipal de Unai o deputado Arlen Santiago, presidente da comissão. Havendo número regimental, o presidente declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dá-a por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater e ouvir propostas para melhoria da saúde na região de Unai. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Silvone Francisca de Oliveira, diretora executiva da Associação do Noroeste Mineiro de Estudo e Combate ao Câncer; e os Srs. Delvito Alves da Silva Filho, prefeito municipal de Unai; José Lucas da Silva, presidente da Câmara Municipal de Unai; Valmir Gontijo, prefeito municipal de Riachinho; e Luan Alves Cordeiro, vereador do Município de Buritis, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2015.

Arlen Santiago, presidente – Iran Barbosa – Cristina Corrêa.

#### **ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/7/2015**

Às 9h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Cabo Júlio, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir a adoção de medidas de segurança com vistas à coibição dos crimes de roubo a mão armada na região da Lagoinha, em Belo Horizonte, mais especificamente no entorno



do Centro Universitário de Belo Horizonte – UniBH. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Teresa Vergueiro, presidente do Movimento Lagoinha Viva, encaminhando solicitação de ações para que se possa cumprir a segurança na região da Lagoinha; do Sindicato dos Servidores Públicos da Polícia Civil de Minas Gerais, encaminhando pauta de prioridades da categoria policial civil; e do Senador Renan Calheiros, presidente do Senado Federal, informando o recebimento do ofício que encaminha apelo por medidas de enfrentamento da violência. Comunica também o recebimento de ofício do Sr. Vítor Valverde, secretário municipal de Governo, publicado no *Diário do Legislativo* em 2/7/2015. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 157/2015, no 1º turno (Cabo Júlio), Projeto de Lei nº 1.354/2015, em turno único (João Leite). A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Jacqueline de Oliveira Ferraz, delegada-geral coordenadora do 1º Departamento de Polícia Civil, representando o Sr. Wanderson Gomes da Silva, chefe da Polícia Civil; Gislaíne de Oliveira Rios Xavier, delegada de Polícia Civil; Vânia Amorim Café de Carvalho, reitora do UniBH; Cynthia Freitas de Oliveira Enoque, diretora do Câmpus Antônio Carlos do UniBH; Maria Teresa Vergueiro Silva, presidente do Movimento Lagoinha Viva; o Ten. Cel. PM Cláudio Vítor Rodrigues Rocha, comandante do 16º BPM, representando o Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, comandante-geral da Polícia Militar; o Maj. PM Ronaldo Moreira dos Santos, comandante da 20ª Cia. Especial do 16º Batalhão de Polícia Militar; e os Srs. Rafael Lopes Azevedo, delegado de Polícia Civil; Antônio Baião de Amorim, diretor da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Belo Horizonte; Gleyson Hernane Marques, pastor da Igreja Batista da Lagoinha, representando o Pastor Márcio Valadão, líder da Igreja Batista da Lagoinha; Fernando Santana, presidente do Movimento das Associações de Moradores de Belo Horizonte; Fernando Augusto Reis Ferreira, presidente do Diretório Central dos Estudantes do UniBH Lagoinha; e Ernani Ferreira Leandro, presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.233, 1.246, 1.262, 1.277 a 1.283, 1.285, 1.286, e 1.296/2015. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Professor Neivaldo.

#### **ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/7/2015**

Às 11h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Anselmo José Domingos, Geraldo Pimenta, Antônio Lerin e Fábio Avelar Oliveira, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Alencar da Silveira Jr. e Felipe Attiê. Havendo número regimental, o presidente, deputado Anselmo José Domingos, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio Avelar Oliveira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a realização de jogos amadores preliminares aos jogos principais durante o Campeonato Mineiro de Futebol e discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Aurélio do Amaral Duarte Costa, superintendente de Programas Esportivos da Secretaria de Estado de Esportes, representando o Sr. Carlos Henrique Alves da Silva, titular dessa pasta; Deputado Alencar da Silveira Júnior, presidente do América Futebol Clube; Vinicius Antônio Morais, vice-presidente do Guarani Esporte Clube, representando o Sr. Gilson Antônio Morais, presidente desse clube; Adriano Aro, secretário-geral da Federação Mineira de Futebol, representando o Sr. Castellar Modesto Guimarães Neto, presidente dessa entidade; Severiano Braga, gerente de operações da Minas Arena – Gestão de Instalações Esportivas, representando o Sr. André Luis Santana Moraes, presidente; Luiz Carlos Gomes, presidente da Associação Mineira de Cronistas Esportivos – AMCE; Helber Gurgel Carneiro, gerente de operações da Administração de Arenas, representando o Sr. Bruno Balsimelli, sócio diretor da BWA, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Fábio Avelar Oliveira, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.516/2015, dos deputados Geraldo Pimenta, Anselmo José Domingos, Fábio Avelar Oliveira, Antônio Lerin e Alencar da Silveira Jr., em que solicitam seja realizada visita desta comissão ao Estádio Mineirão para acompanhar a partida preliminar entre Cruzeiro e São Paulo, no dia 12/7/2015;

nº 2.517/2015, do deputado Gilberto Abramo, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta desta comissão de Esporte, Lazer e Juventude e da Comissão de Saúde para debater a implementação de políticas públicas de incentivo à atividade esportiva e abandono do sedentarismo, que se tornou um problema de saúde pública.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2015.

Anselmo José Domingos, presidente – Fábio Avelar Oliveira – Geraldo Pimenta – João Vítor Xavier.

**ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/7/2015**

Às 14h15min, comparecem na Escola Estadual São João da Escócia, no Município de Santa Luzia, a deputada Cristina Corrêa (substituindo o deputado Doutor Jean Freire, por indicação da liderança do BMM) e os deputados Arlen Santiago e Iran Barbosa (substituindo o deputado Ricardo Faria, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, nos termos do art. 120, III do Regimento Interno, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater questões relacionadas à saúde pública do Município de Santa Luzia, em especial os impactos do fechamento do Hospital São João de Deus, e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Suzane Duarte Almada, vereadora da Câmara Municipal de Santa Luzia; e os Srs. Lacy Dias, vereador e 1º-secretário, representando o presidente dessa casa; David Martins Rodrigues e João R. dos Santos, vereadores da referida câmara; Davi Pereira da Silva, vice-presidente do Conselho Municipal de Saúde; Francisco Massara Gabrich, presidente da Seccional da OAB em Santa Luzia; e Frank Schettini, assessor do deputado federal Ademir Camilo, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Iran Barbosa e à deputada Cristina Corrêa, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 123, 130, 2.154 a 2.156, 2.264, 2.269, 2.271, 2.272 e 2.274/2015.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 2.548/2015, da deputada Ione Pinheiro, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para apurar denúncias contra o Hospital Infantil João Paulo II, antigo Centro Geral de Pediatria, no que tange à infraestrutura precária para atendimento, escassez de insumos, aparelhos sem conserto, demora na conclusão das obras de expansão e requalificação já iniciadas e invasão de escorpiões;

nº 2.549/2015, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Saúde para debater o fenômeno do suicídio, seus aspectos epidemiológicos, fatores desencadeantes e sua repercussão junto à sociedade;

nº 2.550/2015, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja encaminhado à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados pedido de providências com vistas à realização de audiência pública para debater a possibilidade de alterar o dispositivo presente no parágrafo 2º do art. 39 do Decreto nº 6.017, de 2007, que cria impeditivo às transferências voluntárias de recursos aos consórcios públicos em razão de um, dentre os entes associados, apresentar certidão positiva no Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias;

nº 2.551/2015, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja encaminhado ao Ministério da Casa Civil, Ministério da Saúde, à Secretaria Nacional do Tesouro e à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados pedido de providências para que estude a possibilidade de alterar o dispositivo presente no parágrafo 2º do art. 339 do Decreto nº 6.017, de 2007, que cria impeditivo às transferências voluntárias de recursos aos consórcios públicos em razão de um, dentre os entes associados, apresentar certidão positiva no Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias;

nº 2.552/2015, do deputado Ricardo Faria, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Saúde para debater a situação dos auxiliares de Apoio à Gestão e Atenção em Saúde junto a Secretaria de Estado de Saúde;

nº 2.553/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os critérios de mapeamento e financiamento para implantação de novas unidades de pronto atendimento no Estado;

nº 2.554/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Saúde para debater o pagamento e continuidade de realização das cirurgias eletivas no Estado;

nº 2.555/2015, do deputado Ricardo Faria, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que revogue o Decreto nº 46.649, de 2014, que versa sobre a transferência da verba destinada à assistência médica do Ipsemg para o caixa único do Executivo Estadual;

nº 2.556/2015, da deputada Rosângela Reis, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para a efetivação do Samu Regional no Vale do Aço;

nº 2.557/2015, da deputada Rosângela Reis, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a implantação do Samu Regional no Vale do Aço;

nº 2.558/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Saúde para debater os impactos do programa de prevenção ao câncer de mama realizado pela Secretaria de Estado de Saúde em parceria com a Sociedade Brasileira de Mastologia;

nº 2.559/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que sejam regularizados os repasses de recursos aos municípios e hospitais credenciados e conveniados ao SUS da região de São João Del Rei e Campo das Vertentes;

nº 2.560/2015, dos deputados Celinho do Sinttrocel, Bonifácio Mourão e Arlen Santiago e da deputada Celise Laviola, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para a continuidade de liberação de autorização de internação hospitalar para realização de cirurgias eletivas, conforme o disposto na Portaria nº 2.676, de 5/12/2014;

nº 2.561/2015, do deputado Arlen Santiago, Bonifácio Mourão, Celinho do Sinttrocel e da deputada Celise Laviola, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para intervir junto ao Ministério da Saúde para que o órgão providencie o pagamento em atraso dos prestadores de serviço do SUS no Estado e que a SES proceda o



adiantamento desses pagamentos aos referidos prestadores de serviço, a fim de regularizar as pendências financeiras, até que o Ministério da Saúde tome as providências necessárias para resolver o problema;

nº 2.562/2015, dos deputados Arlen Santiago, Bonifácio Mourão, Celinho do Sinttrocel e da deputada Celise Laviola, em que solicitam seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para a regularização do pagamento dos atrasados aos prestadores de serviço junto ao SUS no Estado;

nº 2.563/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Saúde e de Assuntos Municipais para debater a suspensão do atendimento de pacientes provenientes da Região Metropolitana e do interior do Estado pelo SUS em Belo Horizonte;

nº 2.564/2015, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Saúde para ouvir a apresentação do Relatório Sintetizado de Vitorias aos Hospitais de Pequeno Porte elaborado pela Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde da Macrorregião Sanitária Sudeste, bem como encaminhamentos aprovados com relação aos problemas registrados;

nº 2.565/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Saúde para tratar da suspensão, em Belo Horizonte, das cirurgias eletivas de pacientes da Região Metropolitana e do interior do Estado;

nº 2.566/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para incluir e priorizar a microrregião de saúde de Unai no Samu;

nº 2.567/2015, do deputado Iran Barbosa, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Saúde para debater a situação do Hospital Infantil João Paulo II – CGP –, integrante da Rede Fhemig;

nº 2.568/2015, da deputada Cristina Corrêa e do deputado Iran Barbosa, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para viabilizar a implantação do Samu em Santa Luzia;

nº 2.569/2015, da deputada Cristina Corrêa e do deputado Iran Barbosa, em que solicita seja encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde de Santa Luzia pedido de providências para reestabelecer o convênio com a Secretaria de Estado de Saúde no que tange ao atendimento da população local no Centro Viva Vida;

nº 2.570/2015, da deputada Cristina Corrêa, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Santa Luzia pedido de informações sobre a situação dos veículos do Samu, de propriedade do Estado, que estão em imóvel pertencente à prefeitura e sobre a destinação e o uso desses veículos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2015.

Arlen Santiago, presidente – Carlos Pimenta – Antônio Jorge.

#### **ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/7/2015**

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Rogério Correia, Thiago Cota e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Bonifácio Mourão, Dilzon Melo, Carlos Pimenta, João Leite, Cabo Júlio, Dalmo Ribeiro Silva, Gilberto Abramo, Gustavo Valadares, Luiz Humberto Carneiro, Gustavo Corrêa, Agostinho Patrus Filho, Léo Portela e Paulo Lamac. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O deputado Rogério Correia retira-se da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O presidente determina a distribuição em vulso do parecer que conclui pela rejeição dos Substitutivos nºs 3 e 4, e das Emendas nºs 2 a 26, 28 a 61 e 63 a 65, e pela aprovação do Substitutivo nº 5 apresentados ao Projeto de Lei nº 2.173/2015, do qual é o relator. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, de hoje às 23 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Arnaldo Silva – Rogério Correia – Thiago Cota – Cabo Júlio.

#### **ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/7/2015**

Às 15h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Celinho do Sinttrocel, Neilando Pimenta e Douglas Melo (substituindo o deputado Anselmo José Domingos, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Neilando Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Mariah Brochado Ferreira, secretária de Estado Adjunta da Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais (2/7/15); e do Sr. Marcelo Guilherme Abi-Saber, secretário municipal de Assuntos Institucionais da Prefeitura de Belo Horizonte (25/6/15). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua



vez, os seguintes pareceres: pela aprovação no turno único do Projeto de Lei nº 631/2015; e no 1º turno do Projeto de Lei nº 618/2015 (relator: deputado Celinho do Sintrocél). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.239, 1.294, 1.299, 1.300, 1.315, 1.319 a 1.323, 1.326 a 1.330/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.468, 2.469, 2.470, 2.474, 2.480, 2.482/2015.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 2.545/2015, do deputado Isauro Calais, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Transportes, Comunicação e Obras Públicas para debater a padronização do transporte escolar urbano nas vans escolares e o grave problema do transporte clandestino;

nº 2.546/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater a resolução aprovada pelo Conselho Nacional de Trânsito que obrigará os veículos de transporte escolar a utilizarem cadeirinhas e assentos de elevação para crianças de até sete anos e meio.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2015.

Marília Campos, presidente.

#### **ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/7/2015**

Às 15h33min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Bonifácio Mourão e Dilzon Melo (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BCV), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Luiz Humberto Carneiro. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Dilzon Melo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. André Quintão, secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (2/7/2015); e Renan Calheiros, presidente do Senado Federal (4/7/2015). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, em turno único, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 978/2015 (Arnaldo Silva), e 1.259/2015 (Bonifácio Mourão). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 468/2015 é retirado da pauta por deliberação da comissão a requerimento do deputado Duarte Bechir. Registra-se a presença do deputado Arnaldo Silva. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 465/2015 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Bonifácio Mourão). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento nº 2.471/2015, do deputado Duarte Bechir.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2015.

Duarte Bechir, presidente – Antônio Carlos Arantes – Tito Torres.

#### **ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/7/2015**

Às 16h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Jorge e Léo Portela, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Jorge, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater os aspectos jurídico-criminais associados ao consumo do *crack* e as experiências inovadoras nesse âmbito, como a justiça terapêutica, entre outras, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento dos seguintes ofícios, publicados no *Diário do Legislativo* na data mencionada entre parênteses: dos Srs. Vitore Andre Zilio Maximiano, secretário nacional de Políticas sobre Drogas (18/6/2015); e Carmo Luiz, vereador da Câmara Municipal de Campinas (SP). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.303/2015, em turno único, do qual designou como relator o deputado Missionário Márcio Santiago. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Tereza Granha Nogueira, gerente do Centro de Referência em Saúde Mental – Cersam Leste – e Tânit Jorge Sarsur, superintendente de acolhimento, representando o Sr. Rafael Miranda Alves Pereira, subsecretário de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Estado de Defesa Social; e os Srs. Arnor José Trindade Filho, referência técnica da Coordenação de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, representando o Sr. Fabiano Geraldo Pimenta Júnior, secretário; João Francisco de Souza Duarte, da Federação de Amor Exigente – Regional Belo Horizonte; Jorge Tobias de Souza, promotor de Justiça e coordenador Antidrogas da Coordenadoria de Combate e Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes do Ministério Público do Estado; e Rodrigo Luiz de Paula Simões, coordenador de Informação ao Público do Narcóticos Anônimos, que são convidados a tomar assento à mesa. Após tecer suas considerações iniciais, a presidência concede a palavra ao deputado Léo Portela, também autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações. Logo após, passa a palavra aos

convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 1.179/2015 é retirado da pauta, por falta de quórum. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2015.

Missionário Marcio Santiago, presidente – Noraldino Júnior – Leandro Genaro.

#### **ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/7/2015**

Às 18h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Fábio Cherem, Gustavo Corrêa, Rogério Correia (substituindo a deputada Cristina Corrêa, por indicação da liderança do BMM) e Tiago Ulisses (substituindo o deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Agostinho Patrus Filho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A presidência informa que faz retirar da pauta o Projeto de Lei nº 1.915/2015 por falta de pressupostos regimentais. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.020/2015 (relator: deputado João Magalhães). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para as próximas reuniões extraordinárias, amanhã, dia 8, às 14h45min e às 18 horas para apreciar o parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.020/2015, em 2º turno; determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2015.

João Magalhães, presidente – Cristina Corrêa – Agostinho Patrus Filho – Cabo Júlio.

#### **ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/7/2015**

Às 23 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Arnaldo Silva, Cabo Júlio (substituindo o deputado Vanderlei Miranda, por indicação da liderança do BMM), Fábio Cherem (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BVC) e Professor Neivaldo (substituindo o deputado Rogério Correia, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela rejeição, no 1º turno, dos Substitutivos nºs 3 e 4, e das Emendas nºs 2 a 26, 28 a 61 e 63 a 65, e pela aprovação do Substitutivo nº 5, apresentados ao Projeto de Lei nº 2.173/2015 (relator: deputado Tiago Ulisses). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, e para a reunião extraordinária do dia 8/7/2015, às 11h10min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Arnaldo Silva – Thiago Cota – Vanderlei Miranda.

#### **ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/7/2015**

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Arnaldo Silva, Felipe Attiê e Thiago Cota, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Leonardo Rodrigo Ferreira, diretor do Departamento de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública (4), publicados no *Diário do Legislativo* em 4/7/2015. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 1.334 e 1.925/2015 são retirados de pauta por não cumprirem pressuposto regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.020/2015 (relator: deputado Tiago Ulisses) e 655/2015 na forma do Substitutivo nº 3 (relator: deputado Thiago Cota). Suspende-se a reunião. Às 12h43min são reabertos os trabalhos com a presença da deputada Celise Laviola e dos deputados Tiago Ulisses, Thiago Cota e Paulo Lamac (substituindo o deputado Vanderlei Miranda, por indicação da liderança do BMM). O presidente prorroga a reunião até às 15h59. Às 14h30min são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados Tiago Ulisses, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Thiago Cota e Paulo Lamac (substituindo o deputado Vanderlei Miranda, por indicação da liderança do BMM). O presidente determina a distribuição em avulso do parecer que conclui pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.173/2015 na forma do vencido no 1º turno, do qual é o relator. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Arnaldo Silva – Celise Laviola – Fábio Cherem – Professor Neivaldo.

#### **ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/7/2015**

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Geisa Teixeira (substituindo o deputado Gilberto Abramo, por indicação da liderança do BMM) e os deputados Léo Portela e Douglas Melo (substituindo o deputado Cássio Soares, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Léo Portela, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Douglas Melo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.266/2015 (deputado Douglas Melo). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 692/2015, 990/2015 e 992/2015 (deputado Douglas Melo); e 1.112/2015, 1.151/2015 e 1.736/2015 (deputada Geisa Teixeira). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2015.

Cássio Soares, presidente – Emidinho Madeira – Professor Neivaldo.

#### **ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/7/2015**

Às 15h33min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Tito Torres e Antônio Carlos Arantes (substituindo o deputado Bonifácio Mourão, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Júlio Delgado, deputado federal, publicado no *Diário do Legislativo* em 9/7/2015. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres pela aprovação: em turno único, do Projeto de Lei nº 1.259/2015 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Bonifácio Mourão); no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 468/2015 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Tito Torres); e 929/2015 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Tito Torres). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.657/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja ouvida a Sra. Liliane Arouca do Carmo, presente na 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2015.

Duarte Bechir, presidente – Tito Torres – Arnaldo Silva.

#### **ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/7/2015**

Às 15h40min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Professor Neivaldo e Tito Torres (substituindo o deputado João Leite, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, em seguida, a suspende por alguns minutos. Reabertos os trabalhos, registra-se a presença dos deputados Sargento Rodrigues, Professor Neivaldo e Dilzon Melo (substituindo o deputado João Leite, por indicação da liderança do BVC). O presidente dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O presidente designa como relator do Projeto de Lei nº 1.254/2015, no 2º turno, o deputado Professor Neivaldo. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.254/2015, na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Professor Neivaldo). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.636/2015, do deputado Nozinho, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Segurança Pública para debater os índices de criminalidade no entorno do Hospital São Francisco, localizado no Bairro Santa Lúcia, em Belo Horizonte,

considerando que a situação vem afetando diretamente os serviços prestados pela entidade, que promove importante atendimento pelo SUS a pacientes com traumas ortopédicos de vários locais do Estado;

nº 2.638/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Segurança Pública, com urgência, no Município de Alpinópolis, para discutir o alto índice de criminalidade e violência no município e região;

nº 2.639/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Defesa Social pedido de providências para a adoção das medidas necessárias a aumentar o efetivo de agentes de segurança penitenciários e socioeducativos, considerando o anúncio feito em reunião da Comissão de Segurança Pública quanto à assunção de 92 unidades prisionais, que se encontram atualmente sob a gestão da Polícia Civil, e a notoriedade do crescimento da população carcerária.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente – Professor Neivaldo – Tito Torres.

#### **ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/7/2015**

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cássio Soares, Emidinho Madeira (substituindo o deputado Léo Portela, por indicação da liderança do BMM) e Professor Neivaldo (substituindo o deputado Gilberto Abramo, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Professor Neivaldo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final e a discutir e votar proposições da comissão. Suspende-se a reunião. Às 10h11min são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados Cássio Soares, Tiago Ulisses e Vanderlei Miranda (substituindo o deputado Léo Portela, por indicação da liderança do BMM). A presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2015.

Léo Portela, presidente – Agostinho Patrus Filho – Rogério Correia.

#### **ATA DA 5ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES - § 1º DO ART. 204 DO REGIMENTO INTERNO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/7/2015**

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Arnaldo Silva, Rogério Correia e Thiago Cota, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; a deputada Marília Campos e os deputados Cássio Soares, João Magalhães e Leonídio Bouças, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do art. 204 do Regimento Interno. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Suspende-se a reunião. Às 11h21 são reabertos os trabalhos. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 1.503/2015 é retirado da pauta por determinação do presidente por não cumprir pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca a reunião de hoje, às 14 horas, convoca os membros da comissão para a próxima conjunta hoje às 18 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Vanderlei Miranda – Agostinho Patrus Filho – João Magalhães.

#### **ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/7/2015**

Às 10h30min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola (substituindo o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do BMM) e os deputados João Magalhães, Fábio Cherem, Cássio Soares e Thiago Cota, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Marília Campos e o deputado Tiago Ulisses. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio Cherem, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela rejeição da Emenda nº 1, recebida em Plenário, ao Projeto de Lei nº 2.020/2015, em 1º turno (relator: deputado Fábio Cherem). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2015.

João Magalhães, presidente – Fábio Cherem – Agostinho Patrus Filho – Cabo Júlio – Glaycon Franco.

**ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/7/2015**

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Léo Portela, Rogério Correia e Agostinho Patrus Filho (substituindo o deputado Cássio Soares, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Ulysses Gomes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Léo Portela, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Agostinho Patrus Filho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final. Suspende-se a reunião. Às 18 horas são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda (substituindo o deputado Cássio Soares, por indicação da liderança do BMM) e Agostinho Patrus Filho (substituindo o deputado Cássio Soares, por indicação da liderança do BCMG). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Vanderlei Miranda – Agostinho Patrus Filho.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 357/2015****Mesa da Assembleia****Relatório**

De autoria das Comissões de Participação Popular e de Assuntos Municipais e Regionalização, a proposição solicita seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Contas do Estado pedido de informações sobre resultado de auditoria realizada nas obras de construção dos terminais e das estações do sistema BRT Move metropolitano e do Município de Belo Horizonte.

Aprovada em reunião conjunta dessas comissões no dia 19/3/2015 e publicada no *Diário do Legislativo* de 28/3/2015, vem a proposição a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

Em audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização e de Participação Popular no dia 19/3/2015, cidadãos presentes trouxeram a informação de que o Tribunal de Contas do Estado – TCE –, a partir de auditoria, concluiu ter havido superfaturamento nas obras de construção das estações do sistema BRT Move na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Os deputados presentes à reunião propuseram, então, requerer o relatório dessa auditoria, por meio do requerimento em análise.

As obras de implantação do BRT – do inglês, *Bus Rapid Transit* –, sistema de corredores exclusivos de ônibus de elevada eficiência, em Belo Horizonte e Região Metropolitana, foram executadas no âmbito do programa PAC Mobilidade Copa do Mundo, do governo federal, como parte dos preparativos para receber jogos da Copa do Mundo FIFA 2014. Em 13 de janeiro de 2010, a União, o Estado de Minas Gerais e o Município de Belo Horizonte firmaram matriz de responsabilidades para execução das obras e serviços relativos a mobilidade urbana, infraestrutura esportiva e aeroportuária.

A matriz, de acordo com seu último termo aditivo, previa, no tocante a mobilidade urbana, a implantação de corredores do BRT nas Avenidas Antônio Carlos, Pedro I, Vilarinho, Cristiano Machado e na área central. As ações estavam subdivididas em metas de responsabilidade para cada ente federado. À União coube o financiamento das obras; ao Estado, os custos de desapropriações necessárias, e ao município, a execução direta das ações, a execução dos projetos de engenharia e as contrapartidas financeiras exigidas pela União.

A participação do Estado na execução das ações de mobilidade urbana preparatórias para a Copa do Mundo FIFA 2014, apesar de importante, foi indireta. Restringiu-se às desapropriações, necessárias principalmente para o alargamento da Avenida Dom Pedro I. Mesmo nesse caso, o Município de Belo Horizonte, mediante repasse dos recursos do Estado, executou todas as ações necessárias, como edição de decretos de utilidade pública, avaliação dos imóveis, realização de acordos e pagamentos aos proprietários e, em muitos casos, ações judiciais para imissão de posse. A matriz de responsabilidades citada e informações do portal Transparência Copa 2014, da Prefeitura de Belo Horizonte, confirmam não ter havido participação direta do Estado nas demais ações de mobilidade urbana.

Segundo o secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, na audiência pública que originou o requerimento em tela, o sistema do BRT metropolitano baseou sua implantação no planejamento do sistema municipal, um dos motivos, conforme municípios presentes à audiência, de inúmeros problemas.

Assim, concepção, projetos e obras para implantação das estações de transferência ao longo dos corredores foram todos de responsabilidade direta do Município de Belo Horizonte, com aporte de recursos próprios e federais. Somente após a conclusão de sua construção, parte deles foi cedida ao Estado, para serem utilizados pelos ônibus do sistema BRT metropolitano.

As auditorias do TCE, segundo nos foi possível averiguar, se concentraram em obras de construção das estações de transferência. Os processos nº 932187 e 942059, abertos em 2014, visam a averiguar a contratação e execução das obras do BRT na Avenida Cristiano Machado e na área central, respectivamente.

Concluimos que o requerimento em análise se refere a tais auditorias, pois não localizamos no sistema de busca de processos do TCE quaisquer outras obras de terminais metropolitanos, em vários municípios, a cargo da Secretaria de Estado de Transportes e



Obras Públicas – Setop. Na verdade, alguns dos terminais serão adaptados ao sistema BRT Move, mas a maioria não tem correlação direta com o sistema e faz parte de outro programa de obras do governo estadual.

Os arts. 74 e 76 da Constituição Estadual determinam que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração indireta é exercida pela ALMG, que conta com seu órgão auxiliar, o TCE, para o controle externo dos órgãos e Poderes do Estado.

O inciso XII do art. 76, dispõe, ademais, que compete ao TCE, especificamente:

prestar as informações solicitadas pela Assembleia Legislativa, no mínimo por um terço de seus membros, ou por comissão sua, sobre assunto de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, e sobre os resultados de auditoria e inspeção realizadas em órgão de qualquer dos Poderes ou entidade da administração indireta;

Como se percebe, o TCE deve prestar à ALMG informações relacionadas a entidades de quaisquer dos Poderes, mas somente na esfera estadual. Qualquer intromissão da ALMG em assunto de outras esferas feriria a autonomia federativa garantida pela Constituição Federal.

Por isso, o Regimento Interno da Assembleia, em seu art. 79, VIII, c, limita parecer da Mesa da Assembleia sobre requerimento de informações a autoridades estaduais somente quanto a fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou quanto a fato sujeito a controle e fiscalização da Assembleia Legislativa.

No caso em discussão, como não houve aplicação de recursos estaduais ou ação direta de órgão estadual, as informações solicitadas se referem a atividade do Tribunal de Contas como órgão auxiliar da Câmara Municipal de Belo Horizonte, como permite o art. 31 da Constituição Federal. Assim, sequer a responsabilização de dirigentes de órgãos e entidades dos Poderes do Estado que não prestem informações à Casa no prazo legal, prevista no art. 307 do Regimento Interno da Assembleia, seria aplicável.

Consideramos, portanto, não caber o pedido de informações na forma do requerimento aprovado conjuntamente pela Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização e pela Comissão de Participação Popular.

Porém, em atendimento ao princípio da transparência e do controle social, acreditamos dever o Legislativo Estadual se debruçar sobre a questão, o que poderia ser iniciado a partir de um pedido de providências, de iniciativa das comissões interessadas, não sujeito a parecer da Mesa, ao TCE, para que encaminhe relatório de eventuais auditorias realizadas nas obras em questão.

#### **Conclusão**

Em face do exposto, opinamos pela rejeição do Requerimento nº 357/2015.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de julho de 2015.

Hely Tarquínio, relator.

### **PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 398/2015**

#### **Mesa da Assembleia Relatório**

Por meio dessa proposição, a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas solicita à Presidência da Assembleia que seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre o cronograma previsto para o início da execução das obras de melhoramento e pavimentação da Rodovia MG-129, no trecho entre São Gonçalo do Rio Abaixo e Santa Bárbara.

Após publicação no *Diário do Legislativo* de 9/4/2015, a matéria vem a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O Requerimento nº 398/2015 visa a obter informações sobre o cronograma previsto para o início da execução das obras de melhoramento e pavimentação no trecho da rodovia MG-129, entre São Gonçalo do Rio Abaixo e Santa Bárbara, com 20,84Km de extensão, ou sobre o andamento das obras, caso já iniciadas. Segundo o autor da proposição, o trecho já foi adjudicado à Construtora Vale Verde Ltda., com preço global de R\$18.715.639,79.

A iniciativa da proposição encontra amparo no § 3º do art. 54 da Constituição do Estado, que assegura à Assembleia Legislativa o poder de encaminhar, por intermédio da Mesa, pedido escrito de informação a dirigente da administração indireta do Estado. Ainda, conforme o disposto no art. 62, inciso XXXI, também da Constituição Estadual, cabe à Assembleia Legislativa fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Por sua vez, o Regimento Interno da Assembleia, em seu art. 79, VIII, "c", combinado com o art. 233, XII, corrobora o disposto na Carta Estadual, ao estabelecer que compete privativamente à Mesa, com posterior deliberação do Plenário, emitir parecer sobre "requerimento de informações às autoridades estaduais, somente o admitindo quanto a fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou quanto a fato sujeito a controle e fiscalização da Assembleia Legislativa".

Entendemos inexistir óbice à aprovação da proposição em comento, tendo em vista que a pretensão tem pertinência com o exercício das atribuições de fiscalização e controle dos atos administrativos do Poder Executivo previstas constitucionalmente para o Poder Legislativo.

#### **Conclusão**

Opinamos pela aprovação do Requerimento nº 398/2015 na forma original.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de julho de 2015.

Hely Tarquínio, relator.

**PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 509/2015****Mesa da Assembleia  
Relatório**

Por intermédio da proposição em tela, os deputados Noraldino Júnior e Missionário Márcio Santiago requerem ao presidente da Assembleia Legislativa que encaminhe à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o Programa Poupança Jovem.

Publicada no *Diário do Legislativo* em 25/4/2015, vem a matéria à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O requerimento em análise solicita à secretária de Estado de Educação informações sobre o Programa Poupança Jovem e é respaldado pelo art. 54, §2º da Constituição Estadual, que concede ao Poder Legislativo a prerrogativa de solicitar informações a órgãos da administração direta do Poder Executivo.

São solicitadas informações sobre a continuidade do programa pelo atual governo do Estado, a relação de inscritos que não receberam as bolsas mesmo cumprindo os requisitos para tal e o prazo para o pagamento das bolsas aos alunos que fazem jus ao seu recebimento.

Resumidamente, o Poupança Jovem concede uma bolsa no valor de R\$ 3.000,00 a alunos de escolas estaduais de ensino médio que concluírem esse nível de ensino e cumprirem as diretrizes determinadas pelo projeto. São atendidos alunos de 194 escolas estaduais nos Municípios de Esmeraldas, Governador Valadares, Ibirité, Juiz de Fora, Montes Claros, Pouso Alegre, Ribeirão das Neves, Sabará e Teófilo Otoni.

O projeto integra o Programa Estruturador Jovens Mineiros Protagonistas do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2012/2015. Mesmo tendo sido criado na gestão anterior, em virtude do prazo de vigência do atual PPAG, o Poupança Jovem ainda integra a relação de projetos a serem executados pelo Poder Executivo Estadual – dos R\$ 56,8 milhões reservados ao projeto no orçamento de 2015, R\$ 48 milhões são destinados ao pagamento das bolsas. Neste exercício, é previsto o atendimento de aproximadamente 77 mil alunos.

No entanto, tendo em vista que diagnóstico realizado pelo atual governo do Estado apontou um desequilíbrio nas finanças em Minas Gerais, não há garantias de que os recursos destinados ao Poupança Jovem serão executados no exercício de 2015. Além disso, o registro de queixas relativas ao atraso dos pagamentos aos participantes do programa reforça a pertinência do envio de pedido de informação à Secretaria de Estado de Educação.

**Conclusão**

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 509/2015.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de julho de 2015.

Hely Tarquínio, relator.

**PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 655/2015****Mesa da Assembleia  
Relatório**

De autoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a proposição em análise solicita ao presidente da Assembleia Legislativa, nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a execução orçamentária do Programa Bolsa Verde, desde a sua criação, sob forma de relatório, para subsidiar audiência pública a se realizar nesta Casa.

Após publicação no *Diário do Legislativo* de 8/5/2015, vem a matéria à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

Por meio da proposição, solicita-se o encaminhamento de pedido de informações ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – acerca da execução do Programa Bolsa Verde.

O Bolsa Verde é um programa de pagamento por serviços ambientais do governo de Minas Gerais concedido a proprietários e posseiros que preservam ou que se comprometem a recuperar a vegetação de origem nativa em suas propriedades ou posses. O benefício foi instituído pela Lei nº 17.727, de 2008, após longos debates entre parlamentares, produtores rurais, associações ambientalistas e sociedade civil. Segundo sua lei de criação, o Bolsa Verde tem como fontes financeiras 10% do orçamento anual do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – Fhidro –, 50% do valor arrecadado com a cobrança de multa administrativa por infração à legislação florestal e de proteção à biodiversidade, recursos ordinários do Tesouro Estadual consignados na Lei Orçamentária Anual, entre outras.

Apesar de notória a necessidade de se priorizar cada vez mais o Bolsa Verde, importante medida de incentivo à conservação de áreas de vegetação nativa, sabe-se que o programa não vem sendo executado a contento desde 2011. Nessa perspectiva, a informação solicitada é de fundamental importância para esta Casa.

Apesar de o pedido ter restringido a utilidade da informação pretendida de servir de subsídio para audiência pública a se realizar nesta Casa, entendemos que ela é fundamental para o desenvolvimento do trabalho dos parlamentares e das comissões desta Casa de forma mais ampla, seja no exercício da função fiscalizadora do Poder Legislativo, seja na elaboração de leis. Dessa forma, sugerimos que a redação do requerimento seja alterada com o objetivo de ampliar a utilização da resposta nos trabalhos do Parlamento mineiro.

No que se refere à legalidade do pleito, de acordo com os § 2º do art. 54 da Constituição do Estado, compete à Mesa da Assembleia encaminhar pedido de informações a secretário de Estado, sendo que a recusa, ou o não atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa importam crime de responsabilidade.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 655/2015 com a Emenda nº 1, a seguir redigida.

#### **EMENDA Nº 1**

Suprima-se a expressão “para subsidiar audiência pública a se realizar nesta Casa”.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de julho de 2015.

Hely Tarquínio, relator.

### **PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 777/2015**

#### **Mesa da Assembleia**

#### **Relatório**

Por meio da proposição em análise, o deputado Noraldino Júnior solicita ao presidente da Assembleia se encaminhe ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a carreira dos agentes de combate a endemias: piso salarial pago pelo governo do Estado; plano de cargos e carreira; montante pago pelo governo do Estado aos agentes que receberam o piso salarial em 2014; previsão de piso salarial a ser pago nos anos de 2015 e 2016; e cursos disponíveis para formação e capacitação da categoria.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 22/5/2015, vem a matéria à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

A proposição em estudo visa obter esclarecimentos sobre aspectos relevantes da carreira dos agentes de combate a endemias que prestam serviço para o Estado, tais como piso salarial, plano de cargos e carreiras, montante pago para os agentes que receberam o piso salarial em 2014, previsão de recursos orçamentários para pagamento desse piso em 2015 e 2016, e cursos disponíveis para formação e capacitação da categoria.

Nos termos da Lei Federal nº 11.350, de 5/10/2006, os agentes de combate a endemias têm como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS – e sob supervisão do gestor de cada ente federado.

Os agentes de combate a endemias trabalham em contato direto com a população, promovendo ações como: vistoria de residências, depósitos, terrenos baldios e estabelecimentos comerciais para buscar focos endêmicos; inspeção cuidadosa de caixas d’água, calhas e telhados; aplicação de larvicidas e inseticidas; orientação quanto à prevenção e ao tratamento de doenças infecciosas; e recenseamento de animais.

A Lei Federal nº 11.350 estabelece que essas funções são de desempenho exclusivo no âmbito da rede pública de saúde, mediante vínculo direto entre os referidos agentes e órgão ou entidade da administração direta, autárquica ou fundacional, admissão por meio de processo seletivo e regime jurídico disciplinado pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Por sua vez, a Lei Federal nº 12.994, de 17/6/2014, estabeleceu o piso salarial dos agentes dessa categoria em R\$1.014,00, pela jornada integral de trabalho de quarenta horas semanais, dentro dos respectivos territórios de atuação, fixando em 95% o valor da assistência financeira complementar da União. Essa lei estabeleceu, ainda, as diretrizes para a criação dos planos de carreira dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias.

Conforme informações obtidas na Secretaria de Estado de Saúde – SES –, atualmente não há servidores daquela secretaria com o cargo efetivo ou função pública de agente de combate a endemias. Há, sim, servidores do Ministério da Saúde e da Funasa com os cargos de agente de combate a endemias e guarda de endemias, cedidos para a SES-MG por meio de convênios e portarias, com ônus para o órgão de origem.

Assim, entendemos que o pedido de informações de que trata a proposição em análise deve ser encaminhado para aquele órgão federal, o qual poderia prestar com mais detalhes os esclarecimentos solicitados. Por essa razão, apresentamos o Substitutivo nº 1 ao final deste parecer.

Por fim, somos favoráveis à aprovação da proposição em comento por considerar o seu caráter meritório, uma vez que as informações solicitadas serão oportunas para avaliar as condições de trabalho dos agentes de combate a endemias que atuam no Estado, bem como o cumprimento das disposições legais que regulamentam o exercício dessa carreira.

#### **Conclusão**

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 777/2015 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

#### **SUBSTITUTIVO Nº 1**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ao Ministério da Saúde pedido de informações sobre a carreira dos agentes de combate a endemias cedidos por aquele órgão à Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, especificando: 1) piso salarial pago; 2) plano de cargos e carreiras; 3) montante de recursos financeiros pagos aos agentes de combate a endemias que receberam o piso salarial em 2014; 4) previsão orçamentária para o piso salarial a ser pago em 2015 e 2016; 5) cursos disponíveis para a formação e a capacitação dos servidores da categoria.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de julho de 2015.



Hely Tarquínio, relator.

## PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 780/2015

### Mesa da Assembleia Relatório

Por intermédio da proposição em tela, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência requer ao presidente da Assembleia Legislativa seja encaminhado ofício ao secretário de Trabalho e Desenvolvimento Social de Minas Gerais – Sedese –, solicitando informações sobre os programas desenvolvidos, a previsão de ações e de financiamento para a atenção à pessoa com deficiência no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – Suas –; sobre a qualificação profissional e a inclusão no mercado de trabalho para pessoa com deficiência; bem como sobre o processo de incorporação das Apaes como prestadoras de serviços do Suas.

Publicado no *Diário do Legislativo* de 22/5/2015, o requerimento foi encaminhado à apreciação deste órgão colegiado, ao qual cumpre emitir parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

### Fundamentação

O requerimento em tela tem por objetivo obter informações sobre os serviços para pessoa com deficiência no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – Suas –, sobre a incorporação das Apaes como prestadoras de serviços do Suas e sobre as ações de qualificação profissional e inclusão no mercado de trabalho para pessoa com deficiência.

A apresentação do requerimento é motivada pelo interesse da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência em acompanhar as políticas de inclusão da pessoa com deficiência no Estado, especificamente no que diz respeito aos serviços socioassistenciais oferecidos a esse público por meio do Suas e pela política de trabalho, emprego e renda (intermediação de mão de obra e qualificação profissional). A referida comissão quer também acompanhar como as Apaes estão sendo reconhecidas como parceiras para a implementação dos serviços socioassistenciais no Estado.

Esses assuntos foram abordados em reunião com o secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, André Quintão, em ocasião de sua visita a esta Casa, em 9/4/2015. Na oportunidade, o secretário destacou a importância de que os pontos tratados fossem apresentados à Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social de Minas Gerais – Sedese – em forma de requerimento para que o órgão pudesse se manifestar por escrito sobre cada um deles.

Entendemos que as informações solicitadas por meio do requerimento em análise são relevantes para o acompanhamento das ações das políticas de trabalho e de assistência social voltadas para a pessoa com deficiência. Entretanto, julgamos necessário promover alterações no requerimento de modo a conferir maior clareza à sua redação e, por conseguinte, possibilitar uma resposta mais objetiva do órgão demandado. Assim, apresentamos ao final deste parecer o Substitutivo nº 1 ao Requerimento nº 780/2015.

Do ponto de vista legal, a iniciativa da proposição encontra amparo no § 2º do art. 54 da Constituição do Estado, que assegura à Assembleia Legislativa a possibilidade de encaminhar, por intermédio da Mesa, pedido escrito de informação a secretário de Estado. Além disso, o art. 100, IX, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Minas Gerais assegura a competência das suas comissões para encaminhar pedidos de informação dessa natureza por intermédio da Mesa.

### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento 780/2015 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

## SUBSTITUTIVO Nº 1

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência requer, nos termos regimentais, seja encaminhado ofício ao secretário de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social solicitando informações sobre os serviços para as pessoas com deficiência no âmbito das políticas de assistência social e do trabalho, especificando programas e ações desenvolvidos, respectivas metas físicas e financeiras, bem como se há previsão de outras ações a serem implantadas.

Requer, ainda, que sejam solicitadas informações ao mesmo secretário sobre o processo de incorporação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apaes – como prestadoras de serviços do Sistema Único de Assistência Social.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de julho de 2015.

Hely Tarquínio, relator.

## PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 781/2015

### Mesa da Assembleia Relatório

De autoria da Comissão de Segurança Pública, a proposição em tela solicita à Presidência da ALMG seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil e ao comandante-geral da Polícia Militar pedido de informações sobre o índice de criminalidade no Município de Mutum e o número de inquéritos e denúncias feitas, tendo em vista o teor da Mensagem nº 48.606, encaminhada em 20/4/2015 pelo Sistema de Interação com o Cidadão desta Casa.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 22/5/2015, vem a matéria à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

### Fundamentação

Por meio da proposição em análise, a Comissão de Segurança Pública requer seja enviado ofício ao chefe da Polícia Civil e ao comandante-geral da Polícia Militar solicitando que encaminhe a esta Casa informações sobre o índice de criminalidade no Município



de Mutum e o número de inquéritos e denúncias feitas, tendo em vista o teor da Mensagem nº 48.606, encaminhada em 20/4/2015 pelo Sistema de Interação com o Cidadão desta Casa.

Antes de aprofundarmos propriamente na análise do mérito da proposição, cumpre ressaltar, a título de consideração preliminar, sua procedência jurídica e normativa. Nesse sentido, o art. 54, § 3º, da Constituição de Minas Gerais assegura à ALMG a possibilidade de “encaminhar pedido de informação a dirigente de entidade da administração indireta, ao comandante-geral da Polícia Militar e a outras autoridades estaduais”, cuja “recusa, ou o não atendimento no prazo de 30 dias, ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização”.

Ademais, também está prevista a competência do Poder Legislativo de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluindo os da administração indireta, no art. 49, X, da Constituição Federal, e nos arts. 73 e 74 da Constituição Estadual. Nesses últimos, tal competência pode ser também interpretada como dever, na medida em que esse controle externo se baseia no direito da sociedade a um “governo honesto, obediente à lei e eficaz” (*caput* do art. 73 da Constituição Estadual).

Em face dessas considerações, as quais fundamentam a legitimidade e a legalidade da solicitação em tela, passamos à análise de seu mérito, pela ótica da motivação suficiente e da finalidade específica que a justificam.

O requerimento em análise originou-se de denúncia encaminhada à Assembleia Legislativa por meio de seu Sistema de Interação com o Cidadão, também conhecido como “Fale com a Assembleia”, um canal de comunicação entre a população do Estado e o Legislativo mineiro por meio do qual podem ser enviadas opiniões, sugestões, comentários, solicitações e denúncias. No caso em tela, trata-se de relato sobre crimes, inclusive homicídios, que estariam ocorrendo com frequência no Município de Mutum e não sendo devidamente investigados e elucidados pelas autoridades competentes. A denúncia também traz indícios sobre a vitimização de uma família específica, porém não cita nomes.

Sem embargo, pode-se afirmar que a matéria se reveste de relevância, em particular quando se considera que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, conforme dispõem os *capita* dos arts. 136 da Constituição de Minas Gerais e 144 da Constituição Federal. Ademais, além de a elucidação de crimes ser considerada matéria central na área da defesa social, figurando entre seus principais indicadores, chama-se aqui atenção para o fato de, historicamente, a manutenção da ordem pública ser uma das razões essenciais da própria existência do governo, “de maneira que, quando um país apresenta sinais de descontrole extremo da segurança pública, eventualmente se aponta isso como indício de falência do próprio Estado”.

No caso em tela, porém, não há como correlacionar a denúncia relatada aos fatos nem tampouco averiguar sua veracidade; no entanto, uma rápida busca pela internet mostra notícias sobre homicídios recentemente ocorridos em Mutum. Diante disso, e dado o disposto nos incisos II e III do § 1º do art. 73 da Constituição Estadual, é importante elucidar o que está realmente ocorrendo naquele município, para verificar se há, de fato, alguma iniciativa a ser tomada, por parte do Legislativo Estadual, dentro de suas atribuições e competências, a fim de auxiliar o Poder Executivo a melhor atuar, de modo a satisfazer a determinação do já mencionado *caput* do art. 73 da Constituição Mineira, o qual, aqui se repete, estipula que o controle externo, exercido entre tais Poderes baseia-se, sobretudo, no direito da sociedade a um “governo honesto, obediente à lei e eficaz”. Considerando-se tais justificativas, evidenciam-se, pois, a relevância, a motivação e a finalidade do requerimento em tela; porém, na forma como a solicitação está posta, não será possível averiguar se houve ou não um incremento da criminalidade em Mutum, em particular da criminalidade violenta, que venha a embasar uma atuação mais direta e específica da ALMG, sendo mais adequado obter informações comparativas que possibilitem uma análise para tal, motivo pelo qual se apresenta o Substitutivo nº 1, de modo a aprimorar o requerimento em comento.

#### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 781/2015 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

#### SUBSTITUTIVO Nº 1

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil e ao comandante-geral da Polícia Militar pedido de informações sobre os índices de criminalidade e o número de inquéritos e denúncias feitas no Município de Mutum nos anos de 2011 a 2015, numa série histórica, separada ano a ano, e com dados discriminados por tipo de delito, tendo em vista o teor da Mensagem nº 48.606, anexa, encaminhada em 20/4/2015 pelo Sistema de Interação com o Cidadão desta Casa.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de julho de 2015.

Hely Tarquínio, relator.

#### PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 782/2015

##### Mesa da Assembleia Relatório

De autoria da Comissão de Segurança Pública, a proposição em tela solicita à Presidência da ALMG seja encaminhado ao secretário de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a previsão do pagamento do Prêmio de Produtividade do ano de 2013 aos servidores do Poder Executivo, considerando-se as inúmeras indagações encaminhadas a esta Casa, notadamente pelos servidores da área de defesa social.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 22/5/2015, vem a matéria à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.



### Fundamentação

Por meio da proposição em análise, a Comissão de Segurança Pública requer seja enviado ofício ao secretário de Planejamento e Gestão solicitando que encaminhe a esta Casa informações sobre a previsão do pagamento do Prêmio de Produtividade do ano de 2013 aos servidores do Poder Executivo, considerando-se as inúmeras indagações encaminhadas a esta Casa, notadamente pelos servidores da área de defesa social.

Antes de aprofundarmos propriamente na análise do mérito da proposição, cumpre ressaltar, a título de consideração preliminar, sua procedência jurídica e normativa. Nesse sentido, o § 2º do art. 54 da Constituição de Minas Gerais assegura à Mesa da Assembleia a possibilidade de “encaminhar ao secretário de Estado pedido escrito de informação” cuja “recusa, ou o não atendimento no prazo de 30 de trinta dias, ou a prestação de informação falsa importam crime de responsabilidade”.

Ademais, também está prevista a competência do Poder Legislativo de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluindo os da administração indireta, no art. 49, X, da Constituição Federal, e nos arts. 73 e 74 da Constituição Estadual. Nesses últimos, tal competência pode ser inclusive interpretada como dever, na medida em que esse controle externo baseia-se no direito da sociedade a um “governo honesto, obediente à lei e eficaz” (*caput* do art. 73 da Constituição Estadual).

Em face dessas considerações, as quais fundamentam a legitimidade e a legalidade da solicitação em tela, passamos à análise de seu mérito, sob a ótica da motivação suficiente e da finalidade específica que a justificam.

Esclareça-se, a princípio, que o Prêmio por Produtividade foi disciplinado pela Lei nº 17.600, de 2008, constituindo “um bônus a ser pago aos servidores em efetivo exercício em órgão ou entidade que:

I – seja signatário de Acordo de Resultados com previsão expressa de pagamento de Prêmio por Produtividade;

II – obtenha resultado satisfatório na Avaliação de Desempenho Institucional, a que se refere o inciso IV do art. 11, realizada no período de referência, nos termos definidos em decreto; e

III – realize a Avaliação de Desempenho Individual permanente de seus servidores, nos termos da legislação vigente.”<sup>1</sup>.

O Acordo de Resultados, ao qual está vinculado o prêmio, também está disciplinado por essa lei, que o define como “o instrumento de contratualização de resultados celebrado entre dirigentes de órgãos e entidades do Poder Executivo e as autoridades que sobre eles tenham poder hierárquico ou de supervisão”<sup>2</sup>. A mesma lei dispõe sobre as bases da concessão do prêmio (na receita corrente líquida ou na ampliação real de arrecadação de receitas), bem como sobre o procedimento para pagamento, entre outras providências relativas ao tema.

Conforme elucidada a proposição em análise, inúmeras indagações acerca do pagamento do Prêmio por Produtividade do ano de 2013 têm sido encaminhadas a esta Casa, notadamente pelos servidores da área de defesa social. O que se pode verificar nas informações oficiais do governo de Minas diz respeito ao pagamento do Prêmio por Produtividade relativo ao cumprimento de metas pactuadas em 2012, que foi efetuado em abril e julho<sup>3</sup> de 2014.

No que se refere ao pagamento do Prêmio por Produtividade relativo ao ano de 2013, há apenas a divulgação de informações pelos meios de comunicação, datadas do fim do ano passado, segundo as quais a apuração dos resultados balizadores da aferição do prêmio foi divulgada em 7/11/2014; o governo teria até um ano para pagar esse bônus, ou seja, novembro de 2015; e os cálculos então feitos seriam repassados à equipe de transição do futuro governador<sup>4</sup>. Essa mesma divulgação afirmava que o futuro governador, a tomar posse em janeiro de 2015, teria se comprometido, quando em campanha eleitoral, a manter o prêmio, porém com a possibilidade de reverter como as metas são calculadas<sup>5</sup>.

Há que se considerar, naturalmente, todas essas informações na análise do mérito da proposição em comento. Nesse sentido, nota-se que:

- o Prêmio por Produtividade relativo ao ano de 2012 foi pago em abril e julho de 2014, ou seja, num lapso temporal de cerca de um ano e meio após o fechamento do ano de 2012;

- não há sinalização do não pagamento desse bônus relativo ao ano de 2013, estando esse pagamento ainda dentro do prazo informado na matéria jornalística aqui citada (ou seja, novembro de 2015), bem como dentro de um lapso temporal compatível com o relativo ao do ano de 2012 – em especial se se considera que a Lei nº 21.695, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2015, data de 9/4/2015, ou seja, cerca de dois meses atrás.

Apesar disso, e valendo-se de sua já mencionada prerrogativa de controlar os atos do Poder Executivo, não se vislumbra impedimento ao envio, por esta Casa, do pedido aqui analisado, a título do exercício de fiscalização preventiva, em particular se considerarmos que todas as informações hoje disponíveis sobre a previsão do pagamento do Prêmio por Produtividade relativo ao ano de 2013 são extraoficiais e que, também conforme veiculado pelos meios de comunicação, o atual governador anunciou corte no orçamento do Estado para 2015 – em investimentos e custos com pessoal – devido a déficit de cerca de 6 bilhões de reais nos cofres públicos mineiros<sup>6</sup>.

Diante dessas considerações, a proposição em análise, além de sua procedência jurídica e normativa, justifica-se sob a ótica da motivação suficiente e da finalidade específica, o que enseja seu acolhimento.

### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 782/2015.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de julho de 2015.

Hely Tarquínio, relator.

1 Art. 23 da Lei nº 17.600, de 1º/7/2008.

2 Inciso I do art. 2º da Lei nº 17.600, de 1º/7/2008.

3 Disponível em: <<http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticias/governo-de-minas-paga-primeira-parcela-do-premio-por-produtividade-a-servidores/>>. Acesso em: 11 jun. 2015.



4 Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/capa/pol%C3%ADtica/b%C3%B4nus-do-servidor-s%C3%B3-em-2015-1.946486>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

5 Idem.

6 Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/03/pimentel-anuncia-corte-no-orcamento-de-mg-e-fala-de-deficit-de-r-6-bilhoes.html>>. Acesso em 18 jun. 2015.

## PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 807/2015

### Mesa da Assembleia Relatório

Por intermédio da proposição em tela, o deputado Noraldino Júnior requer ao presidente da Assembleia seja enviado ao secretário de Defesa Social pedido de informações sobre a investigação de 50 homicídios em Juiz de Fora entre 1º de janeiro e 5 de maio de 2015, de forma a esclarecer: a) quantos homicídios estão com investigação em andamento; b) quantos desses crimes já foram elucidados; c) quantos desses crimes têm identificados os suspeitos da autoria; d) quais casos foram arquivados sem elucidação; e) quantos foram detidos por participação nas ocorrências; f) quantos foram indiciados.

O requerimento foi publicado no *Diário do Legislativo* de 23/5/2015 e encaminhado à apreciação deste órgão colegiado, ao qual cumpre sobre ele emitir parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

### Fundamentação

O requerimento do deputado Noraldino Júnior pretende obter informações sobre a investigação de 50 homicídios ocorridos em Juiz de Fora entre 1º de janeiro e 5 de maio de 2015.

De acordo com reportagem veiculada pelo jornal *Tribuna de Minas*, de Juiz de Fora, anexa ao requerimento, o município vem vivenciando uma escalada na ocorrência de crimes contra a vida nos primeiros cinco meses de 2015 e, por conseguinte, um aumento da sensação de insegurança entre os munícipes.

Inicialmente, é impositivo ressaltar que a apresentação do requerimento sob análise guarda íntima relação com as atribuições de fiscalização da atuação de órgãos do Poder Executivo, que é atividade inerente às funções da Assembleia Legislativa e está prevista no art. 54 da Constituição do Estado. Com efeito, a instauração e o desenvolvimento de procedimento investigatório para apuração de crimes contra a vida em comarca do interior do Estado e, em especial, a efetividade das investigações levadas a termo não escapam à atividade fiscalizatória do Poder Legislativo.

Por outro lado, as informações pretendidas pelo autor da proposição correlacionam-se com as atribuições do mandato parlamentar, dado que se busca aquilatar a efetividade da atividade policial de apuração de autoria de delitos cujas práticas demandam pronta e exemplar repressão, posto que ofenderam a vida de seres humanos, bem jurídico cuja tutela pelo direito é primordial.

Consoante o relatado, a proposição não apresenta vício de iniciativa e configura legítimo exercício do controle, reservado constitucionalmente a este Parlamento, de atos ou omissões de integrantes de órgão do Poder Executivo.

Entretanto, visando aprimorar a redação do requerimento e torná-lo mais claro, apresentamos, ao final do parecer, o Substitutivo nº 1.

### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 807/2015 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

## SUBSTITUTIVO Nº 1

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado Noraldino Júnior requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ofício ao secretário de Defesa Social solicitando as seguintes informações, referentes à ocorrência de 50 homicídios em Juiz de Fora no período de 1º de janeiro a 5 de maio de 2015:

- a) quantos homicídios estão em apuração;
- b) quantos homicídios já foram elucidados;
- c) quantos homicídios têm suspeitos de autoria já identificados;
- d) quantos inquéritos foram concluídos com indiciamento do(s) investigado(s);
- e) quantos inquéritos foram arquivados, e por qual motivo;
- f) quantos suspeitos foram presos provisoriamente em razão das investigações.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de julho de 2015.

Hely Tarquínio, relator.

## PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 854/2015

### Mesa da Assembleia Relatório

Por meio da proposição em análise, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária requer ao presidente da Assembleia seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações detalhadas e devidamente justificadas sobre as despesas realizadas sem o devido empenho prévio e os empenhos cancelados de despesas realizadas.

Em cumprimento do disposto no art. 173, § 2º, do Regimento Interno, foi anexado à proposição, por tratar de tema semelhante, o Requerimento nº 1.130/2015, também de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.



Publicada no *Diário do Legislativo* de 28/5/2015, vem a matéria à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O requerimento em análise, apresentado pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, solicita ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações detalhadas e devidamente justificadas sobre as despesas realizadas sem o devido empenho prévio e os empenhos cancelados de despesas realizadas. O Requerimento nº 1.130/2015, a ele anexado, solicita as mesmas informações.

As informações solicitadas dizem respeito às Despesas de Exercícios Anteriores – Deas – objeto da Resolução Conjunta SE/Seplag nº 4.742, de 12 de janeiro de 2015, que estabeleceu prazo para que os órgãos e as entidades das administrações públicas direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, incluindo seus fundos, informassem à Superintendência Central de Contadoria Geral – SCCG –, da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF –, os valores referentes às Deas de sua competência, para o exercício de 2015.

Com base nessas informações, foi incluído no Demonstrativo Consolidado do Orçamento Fiscal do volume I da Lei nº 21.695 – Lei Orçamentária Anual –, de 9 de abril de 2015, o valor global de R\$1.149.018.335,00, tendo sido esse valor discriminado por unidade orçamentária e ação nos volumes II-A e II-B da mencionada lei. Entretanto, não foram divulgadas informações mais detalhadas, como a identificação dos credores, valor total dos contratos, bem como seu objeto e prazo de vigência, entre outras.

Do ponto de vista legal, observamos que a iniciativa da proposição encontra amparo no § 2º do art. 54 da Constituição do Estado, que assegura à Assembleia Legislativa o poder de encaminhar, por intermédio da Mesa, pedido escrito de informação a secretário de Estado. Além disso, o art. 100, IX, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Minas Gerais assegura a competência das suas comissões para encaminhar pedidos de informação dessa natureza por intermédio da Mesa.

Assim, como o requerimento atende às atribuições de fiscalização e controle constitucionalmente previstas para o Poder Legislativo, opinamos por sua aprovação.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 854/2015.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de julho de 2015.

Hely Tarquínio, relator.

### **PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 886/2015**

#### **Mesa da Assembleia**

#### **Relatório**

Por meio da proposição em análise, a Comissão de Saúde solicita ao presidente da Assembleia seja encaminhado ao procurador-geral de justiça pedido de informações sobre o relatório completo de trabalho realizado em 57 hospitais de 36 municípios visitados pelo Ministério Público.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 29/5/2015, vem a matéria à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O requerimento em apreço visa obter informações sobre estudo realizado pelo Ministério Público Estadual sobre a atual conformação da rede hospitalar na região ampliada de saúde de Juiz de Fora.

Em setembro de 2012, a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais criou, através da Resolução PGJ nº 77, as Coordenadorias Regionais das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde, às quais compete providenciar, no âmbito macrorregional, diagnóstico de informações em saúde, estudos e discussões, com o intuito de subsidiar a implementação dos planos, programas, projetos, estratégias, metas e diretrizes em saúde.

Em 16/4/2015, a Comissão de Saúde esteve no Município de Juiz de Fora para debater as dificuldades e as demandas dos hospitais da região e o impacto da judicialização da saúde para os municípios.

Entre as dificuldades levantadas, o analista de saúde pública do Ministério Público de Estado de Minas Gerais, Rogério Pinheiro Nunes, destacou a fragilidade do sistema de escalas de médicos e enfermeiros e a necessidade de se repensar o papel, na rede de atenção em saúde, dos hospitais de pequeno porte. Nesse sentido, relatou que servidores do Ministério Público visitaram 57 hospitais em 36 municípios de Minas Gerais e estão elaborando um relatório sobre o trabalho.

De maneira geral, além de inspeções nos hospitais, as Coordenadorias Regionais das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde avaliam a distribuição geográfica das unidades de saúde na macrorregião, o número de leitos e a taxa de ocupação, o número de internações por condições sensíveis à atenção primária, entre outros dados, e emitem recomendações aos municípios, secretarias e hospitais envolvidos.

Entendemos, portanto, que o relatório elaborado por esse órgão poderá conter dados sólidos e oficiais que servirão para embasar os trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Saúde desta Casa Legislativa quanto à proposição de soluções para as demandas apresentadas pelos municípios daquela região.

Do ponto de vista legal, observamos que a iniciativa da proposição encontra amparo no § 3º do art. 54 da Constituição do Estado, que assegura à Assembleia Legislativa o poder de encaminhar, por intermédio da Mesa, pedido escrito de informação a diversas autoridades estaduais. Além disso, o art. 100, IX, do Regimento Interno da ALMG assegura a competência das suas comissões para encaminhar pedidos de informação dessa natureza por intermédio da Mesa.

#### **Conclusão**

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 886/2015.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de julho de 2015.

Hely Tarquínio, relator.

**PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 892/2015****Mesa da Assembleia  
Relatório**

Por meio da proposição em análise, a Comissão de Saúde requer ao presidente da Assembleia seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre os Convênios nºs 681/2010 e 2.370/2013, firmados entre a Santa Casa de Poços de Caldas e o Estado.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 29/5/2015, vem a matéria à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O requerimento em estudo visa obter informações sobre os termos dos Convênios nºs 681/2010 e 2.370/2013, destinados à construção da segunda etapa da unidade de alta complexidade em oncologia da Santa Casa de Poços de Caldas, firmados entre a irmandade do hospital e o governo do Estado.

A unidade de atendimento de alta complexidade em oncologia – Unacon – da Santa Casa de Poços de Caldas foi criada em 2003 e oferece atendimento a pacientes do município e de outras 80 cidades da região, para diferentes tipos de câncer. Segundo informações do próprio hospital, a Unacon realiza, por mês, cerca de 40 cirurgias de alta complexidade em oncologia e mais de 500 sessões de quimioterapia.

A rede de atenção às pessoas com doenças crônicas, no que se refere ao câncer, é constituída por vários componentes, entre eles as unidades de atendimento de alta complexidade em oncologia, que prestam atendimento especializado em oncologia, nos termos das Portarias do Ministério da Saúde nºs 140, de 2014, e 874, de 2013.

O Brasil vem passando por mudanças no seu perfil demográfico, com alteração importante no perfil de morbimortalidade, no qual se destacam as doenças crônico-degenerativas, entre as quais está o câncer. Segundo dados do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva – Inca –, a estimativa para os anos de 2014 e 2015 é de aproximadamente 576 mil casos novos de câncer no País, o que reforça a magnitude do problema e a importância de se ampliar o serviço de oncologia no Estado.

A construção da segunda etapa da Unacon da Santa Casa de Poços de Caldas já havia sido anunciada pelo governo anterior no segundo semestre de 2013, conforme informações extraídas do *site* da Secretaria de Estado de Saúde (<http://saude.mg.gov.br/ acessibilidade/story/5077-alberto-pinto-coelho-autoriza-obras-em-unidade-de-oncologia-de-pocos-de-caldas>), o que justifica o envio do pedido de informações em análise.

Do ponto de vista legal, observamos que a iniciativa da proposição encontra amparo no § 2º do art. 54 da Constituição do Estado, que assegura à Assembleia Legislativa o poder de encaminhar, por intermédio da Mesa, pedido escrito de informação a secretário de Estado. Além disso, o art. 100, IX, do Regimento Interno da ALMG assegura a competência das suas comissões para encaminhar pedidos de informação dessa natureza por intermédio da Mesa.

**Conclusão**

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 892/2015.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de julho de 2015.

Hely Tarquínio, relator.

**PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 893/2015****Mesa da Assembleia  
Relatório**

Por meio da proposição em análise, a Comissão de Saúde requer ao presidente da Assembleia seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre “a agenda prevista para as unidades móveis de mamografia no ano de 2015 para as regiões Norte, Jequitinhonha/Mucuri, e Noroeste”.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 29/5/2015, vem a matéria à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O requerimento em estudo visa obter informações sobre a previsão de funcionamento da unidade móvel de mamografia da Secretaria de Saúde nas regiões Norte, Jequitinhonha e Mucuri, e Noroeste do Estado.

Em 2012, o Ministério da Saúde instituiu, por meio da Portaria nº 2.304, o programa de mamografia móvel no âmbito do SUS com o fim de identificar e rastrear alterações relacionadas ao câncer de mama em todo o território nacional. O referido programa atende, prioritariamente, mulheres na faixa etária entre 50 e 69 anos que residam nos locais com os menores percentuais de realização de exames de mamografia, segundo o Índice de Desempenho do SUS – IDSUS.

A execução do programa de mamografia móvel dá-se por de parceria entre União, estados e municípios para prestação de serviços de diagnóstico por imagem por estabelecimentos públicos ou privados de saúde, contratados ou conveniados, bem como por unidades móveis de saúde (contratualizadas ou próprias), interessados em realizar exames de mamografia.

Para participar do programa em questão, os entes federados devem cumprir os requisitos estabelecidos em regulamento e encaminhar à Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade do ministério os documentos necessários à habilitação.

No âmbito do Estado, a Secretaria de Saúde dispõe de uma unidade móvel de mamografia, com capacidade para realizar 60 exames por dia, que tem percorrido os municípios para realizar mamografias previamente agendadas nas secretarias municipais de saúde.

Entendemos que as informações solicitadas por meio da proposição são relevantes para a saúde da mulher, pois a mamografia é fundamental na detecção precoce do câncer de mama. Entretanto, consideramos necessário promover alterações no texto do

requerimento de modo a conferir maior clareza à sua redação, bem como alterar as regiões administrativas para regiões de saúde e, por conseguinte, possibilitar uma resposta mais objetiva do órgão demandado. Assim, apresentamos ao final desse parecer o Substitutivo nº 1.

Do ponto de vista legal, observamos que a iniciativa da proposição encontra amparo no § 2º do art. 54 da Constituição do Estado, que assegura à Assembleia Legislativa o poder de encaminhar, por intermédio da Mesa, pedido escrito de informação a secretário de Estado. Além disso, o art. 100, IX, do Regimento Interno da ALMG assegura a competência das suas comissões para encaminhar pedidos de informação dessa natureza por intermédio da Mesa.

#### **Conclusão**

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 893/2015 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

#### **SUBSTITUTIVO Nº 1**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informação sobre a previsão de funcionamento da unidade móvel de mamografia nos municípios das macrorregiões de saúde Norte, Nordeste, Jequitinhonha e Noroeste.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de julho de 2015.

Hely Tarquínio, relator.

#### **PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 898/2015**

##### **Mesa da Assembleia**

##### **Relatório**

Por meio da proposição em análise, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia solicita seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Contas do Estado – TCE – pedido de informações sobre a expedição de diplomas supostamente falsos pela Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – para os cursos ofertados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola, conforme denúncia encaminhada a esta comissão.

O requerimento foi publicado no *Diário do Legislativo* de 30/5/2015 e encaminhado à apreciação deste órgão colegiado, ao qual compete sobre ele emitir parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

##### **Fundamentação**

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia recebeu cópia do Ofício nº 5.294/2015/SGP, encaminhado pelo presidente do TCE ao reitor da Uemg, com vistas a apurar a denúncia de que diplomas falsos teriam sido emitidos pela mencionada universidade e utilizados como certificação de escolaridade para acesso a cargos públicos na Superintendência Regional de Ensino de Carangola. Sobre a referida denúncia, a comissão requerente pretende ouvir o presidente do TCE, bem como o reitor da Uemg. Nesse último caso, a iniciativa constitui objeto do Requerimento nº 899/2015.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola – Fafile –, instituição ofertante dos cursos cujos certificados estariam sendo questionados quanto à sua autenticidade, foi incorporada à Uemg por meio do Decreto nº 46.359, de 2013. Como unidade da Uemg, a Fafile, anteriormente entidade de direito privado, passou a integrar o sistema de ensino do Estado, ao qual competem os atos de regulação concernentes ao ensino superior por ele mantido. Segundo o art. 42 da Resolução nº 459, de 10/12/2013, do Conselho Estadual de Educação, que consolida normas relativas à educação superior do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais e dá outras providências, os diplomas de cursos superiores reconhecidos são registrados pelas próprias instituições, quando se trata de universidades e centros universitários.

Assim, cabe à Pró-Reitoria de Ensino, por meio da Divisão de Registro de Diplomas, efetuar o registro dos diplomas dos cursos de graduação e pós-graduação ofertados pelas unidades da Uemg. Por esse motivo, cabe à Reitoria da Uemg, em última instância, pronunciar-se sobre os fatos relatados na denúncia.

No entanto, em razão de a denúncia ter sido encaminhada diretamente ao TCE, entendemos que esse órgão poderá contribuir para elucidar eventuais fraudes relativas à emissão de diplomas em faculdade integrante da Uemg. Dessa forma, consideramos pertinente o respectivo pedido de informações.

Saliente-se que a iniciativa da proposição encontra amparo no § 3º do art. 54 da Constituição do Estado e no art. 100, IX, do Regimento Interno desta Casa, que assegura à Assembleia Legislativa o poder de encaminhar, por intermédio da Mesa, pedido escrito de informação a autoridades estaduais. Além disso, às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe exercer a fiscalização e o controle dos atos da administração pública.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 898/2015.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de julho de 2015.

Hely Tarquínio, relator.

**PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 901/2015****Mesa da Assembleia  
Relatório**

Por intermédio da proposição em tela, a Comissão de Saúde requer ao presidente da Assembleia que encaminhe ao secretário de Estado da Saúde pedido de informação sobre a incidência de câncer no Município de Campo Belo, em comparação com a média estadual e nacional e sobre as possíveis causas da doença na região.

Publicada no *Diário do Legislativo* em 30/5/2015, vem a matéria à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O requerimento em análise visa obter esclarecimentos sobre a incidência de câncer no Município de Campo Belo e suas possíveis causas, uma vez que tem sido observado o aumento no número de casos da doença na região comparativamente com a média estadual e nacional.

Entre as doenças crônico-degenerativas, o câncer ocupa hoje um lugar de destaque tanto do ponto de vista epidemiológico como da assistência à saúde da população. Há necessidade contínua de uma série de informações para se ter conhecimento da real incidência desse agravo e da mortalidade por ele causada.

Até a última década, a maioria dos pacientes de câncer se situava nos extremos das faixas etárias: ou eram crianças, que contraíam a doença por fatores genéticos, ou eram adultos com mais de 50 anos, que a contraíam por fatores genéticos combinados com ambientais. Do ponto de vista epidemiológico, esse quadro, porém, está mudando, e a incidência da doença tem aumentado em adultos jovens.

Os fatores de risco para o desenvolvimento do câncer estão ligados a questões genéticas (histórico familiar) e socioambientais como a exposição a agentes carcinogênicos no trabalho e na comunidade, alimentação inadequada, sedentarismo e tabagismo. As ações de vigilância epidemiológica do câncer, como os registros de base populacional, possibilitam conhecer os novos casos e realizar estimativas de incidência da doença, subsídios fundamentais para o planejamento das ações locais de prevenção e controle da doença de acordo com cada região.

O estudo da distribuição e dos fatores de risco do câncer na população do Município de Campo Belo pode fornecer informações relevantes sobre as variações da morbimortalidade e as possíveis causas para a alegada elevação da incidência da doença entre os moradores da região.

Em relação à iniciativa, a proposição encontra amparo no § 2º do art. 54 da Carta Mineira, que autoriza a Mesa da Assembleia a encaminhar pedido de informação a secretário de Estado, determinando que a recusa, o não atendimento no prazo de 30 dias ou a prestação de informação falsa constituem infrações administrativas, sujeitas a responsabilização.

Por fim, uma vez que as informações solicitadas serão úteis para o planejamento e para a prestação de serviços de saúde no Estado com base em indicadores epidemiológicos, entendemos que a proposição merece ser aprovada.

**Conclusão**

Em face do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 901/2015.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de julho de 2015.

Hely Tarquínio, relator.

**PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 906/2015****Mesa da Assembleia  
Relatório**

Por meio da proposição em epígrafe, as Comissões de Trabalho, da Previdência e da Ação Social e de Participação Popular requerem ao presidente da Assembleia Legislativa seja encaminhado ao diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de informações sobre a fiscalização das concessionárias de veículos em relação à cobrança pelo serviço de registro e licenciamento de veículos novos, tendo em vista o disposto no art. 3º, § 2º, da Portaria nº 708, de 11/5/2012, do Detran-MG.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 30/5/2015, vem a matéria à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O requerimento em análise visa a solicitar informações ao Detran-MG sobre a fiscalização das concessionárias de veículos em relação à cobrança pelo serviço de registro e licenciamento de veículos novos, tendo em vista o disposto no art. 3º, § 2º, da Portaria nº 708, de 11/5/2012, do Detran-MG.

A apresentação do requerimento é decorrente de relatos ouvidos na 1ª Reunião Conjunta das Comissões de Trabalho, da Previdência e da Ação Social e de Participação Popular, realizada em 14/5/2015, que teve a finalidade de debater a exclusão dos despachantes mineiros das atividades relacionadas ao Sistema de Racionalização e Prévio Registro de Veículos – SRPR –, no âmbito do Detran-MG. De acordo com os relatos, as concessionárias de veículos estariam cobrando indevidamente pelos serviços dos despachantes que utilizam o SRPR e embutindo o valor desses serviços na nota fiscal.

O SRPR foi criado pelo Decreto nº 45.929, de 15/3/2012, com a finalidade de promover, com garantia de segurança técnica, jurídica e econômica, o registro de veículos novos no Estado. O sistema é gerido pelo Detran-MG, mas pode ser acessado por locadoras e grandes frotistas credenciados por esse órgão mediante o recolhimento das taxas de segurança pública.

De acordo com a Portaria Detran-MG nº 708, de 11/5/2012, que regulamenta a utilização do SRPR, não pode haver cobrança adicional para a utilização do sistema, sendo expressamente vedado o repasse de valores extras aos cidadãos que não os decorrentes



das taxas de segurança pública. A mesma portaria também estabelece que as pessoas jurídicas registradas no SRPR que descumprirem a realização dos procedimentos nela descritos ficarão sujeitas ao impedimento técnico-operacional de acesso ao sistema.

Entendemos que a fiscalização da possível cobrança de valores indevidos aos consumidores pelas concessionárias que utilizam o SRPR é fundamental para evitar prejuízos aos cidadãos. Dessa forma, consideramos que as informações solicitadas permitirão avaliar o uso do sistema pelas entidades credenciadas, servindo de base para a sugestão de eventuais providências a serem tomadas.

Apesar de julgarmos pertinente o encaminhamento do pedido ao Detran-MG, na condição de gestor do SRPR e responsável pelo credenciamento das locadoras de veículos, entendemos que o Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon-MG – também poderia prestar informações relacionadas à proposição em exame, por tratar-se de matéria atinente às relações de consumo. Portanto, consideramos necessário alterar o texto do requerimento de modo a incluir como destinatário do pedido de informação o coordenador do Procon-MG. Assim, apresentamos ao final desse parecer a Emenda nº 1 ao Requerimento nº 906/2015.

Do ponto de vista legal, observamos que a iniciativa da proposição encontra amparo no § 3º do art. 54 da Constituição do Estado, que assegura à Assembleia Legislativa o poder de encaminhar, por intermédio da Mesa, pedido de informação a autoridades estaduais.

Além disso, o art. 100, IX, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Minas Gerais assegura a competência das suas comissões para encaminhar pedidos de informação dessa natureza por intermédio da Mesa.

Não havendo impedimentos de ordem jurídica para a apresentação da proposição e sendo as informações solicitadas relevantes para a sociedade mineira, posicionamo-nos favoravelmente à sua aprovação.

#### **Conclusão**

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 906/2015, com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

#### **EMENDA Nº 1**

Acrescente-se, após a expressão “Detran-MG”, a expressão “e ao coordenador do Procon-MG no Ministério Público do Estado”. Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de julho de 2015.

Hely Tarquínio, relator.

#### **PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 1.021/2015**

##### **Mesa da Assembleia**

##### **Relatório**

De autoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a proposição em epígrafe solicita ao presidente da Assembleia Legislativa, nos termos regimentais, seja encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações sobre os investimentos e recursos financeiros aplicados em proteção de nascentes e a relação dos municípios beneficiados, conforme o disposto na Lei nº 12.503, de 1997, que cria o Programa Estadual de Conservação da Água.

Após publicação no *Diário do Legislativo* de 12/6/2015, vem a matéria à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

##### **Fundamentação**

O requerimento foi apresentado por ocasião da reunião ordinária promovida pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em 13/5/2015, com a finalidade de debater, com a presença da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater –, da Copasa-MG, do Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais – Copam – e demais entidades, a preservação das nascentes do Estado.

Durante a reunião, especialistas e representantes de órgãos ambientais do Estado apresentaram possíveis ações para promover a preservação de nascentes e combater a seca em Minas Gerais. A Copasa-MG relatou que protege mais de 24 mil hectares de áreas de preservação de mananciais, bem como pratica ações de revitalização de mananciais, em todo o Estado.

Em Minas Gerais, a Lei 12.503, de 1997, criou o Programa Estadual de Conservação da Água com o objetivo de proteger e preservar os recursos naturais das bacias hidrográficas sujeitas a exploração com a finalidade de abastecimento público ou de geração de energia elétrica. Segundo a referida lei, “as empresas concessionárias de serviços de abastecimento de água e de geração de energia elétrica, públicas e privadas, ficam obrigadas a investir, na proteção e na preservação ambiental da bacia hidrográfica em que ocorrer a exploração, o equivalente a, no mínimo, 0,5% (meio por cento) do valor total da receita operacional ali apurada no exercício anterior ao do investimento”.

Tendo em vista a atual conjuntura de escassez hídrica, torna-se cada vez mais imprescindível a proteção e a recuperação das nascentes, na busca de proporcionar a conservação dos recursos hídricos, em termos de qualidade e quantidade.

As informações solicitadas são, pois, de fundamental importância e a solicitação em tela está constitucionalmente amparada, uma vez que compete à Assembleia Legislativa fiscalizar a aplicação das políticas públicas e buscar a transparência e adequações nas questões que dizem respeito aos interesses da sociedade.

No que se refere à legitimidade da iniciativa, o pedido de informações do Poder Legislativo às autoridades estaduais integra o rol de ações de controle externo sobre as atividades da administração pública e é amparado constitucionalmente pelos arts. 54, § 3º, e 62, XXXI, da Constituição Estadual.

#### **Conclusão**

Pelo exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 1.021/2015.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de julho de 2015.

Hely Tarquínio, relator.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 13/7/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos, relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

**Gabinete do Deputado Felipe Attiê**

exonerando Fabrício de Oliveira Santana do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 4 horas;  
exonerando José Eustaquio Gonçalves Lima do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;  
exonerando Paulo Roberto Monteiro de Carvalho do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;  
nomeando Gilberto Aparecido Severino para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;  
nomeando José Eustaquio Gonçalves Lima para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;  
nomeando Paulo Roberto Monteiro de Carvalho para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas.

**Gabinete do Deputado Leo Portela**

exonerando Guilherme Ferreira Rocha do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;  
exonerando Reginalda Luciana Dias Macedo do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;  
nomeando Geraldo Gomes da Silva para o cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;  
nomeando Reginalda Luciana Dias Macedo para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas.

**Gabinete do Deputado Paulo Lamac**

exonerando Marli Marangon Mendes Moraes do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas;  
nomeando Andre Luiz de Souza para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/06/1991, 5.130, de 4/5/1993, 5.154, de 30/12/1994, 5.179, de 23/12/1997, 5.203, de 19/3/2002, e das Deliberações da Mesa nºs 2.384, de 19/12/2006, 1.509, de 7/1/1998, 1.576, de 15/12/1998, 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Mariana Borges Santana do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;  
nomeando Mariana Borges Santana para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.130, de 4/5/1993, 5.179, de 23/12/1997, e 5.305, de 22/6/2007, e da Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Altamiro José Moraes Mendes do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;  
exonerando Claudiana Henriques Bueno do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;  
exonerando Leonardo Guimarães Barreto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;  
exonerando Tarciane Késia Barreto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;  
nomeando Inácio Andrade Filho para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;  
nomeando José Podadeira Neto para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;  
nomeando Luciana das Dores Moura Amaral para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;  
nomeando Maria do Consolo Maia Mayer para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência.

**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2015****NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 70/2015**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 30/7/2015, às 10h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação, por um período de 12 meses, de sociedade empresária especializada em telecomunicações para prestação de serviços de suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação.



O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 16 de julho de 2015.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2015**

#### **NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 86/2015**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 31/7/2015, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação de serviços de lavanderia.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 16 de julho de 2015.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

#### **TERMO DE CONTRATO Nº 30/2015**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Belmusic Serviços Musicais Ltda. Objeto: locação de sala e de espaço em torre de transmissão de sinais televisivos. Vigência: 60 meses a partir da assinatura. Licitação: dispensada. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

#### **TERMO DE ADITAMENTO Nº 81/2015**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Atrium Empresa de Viagens e Turismo Ltda. Objeto: prestação dos serviços de fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais de todas as companhias de transporte aéreo, incluindo emissão, marcação e remarcação, reserva de lugares, cancelamento e reembolso de bilhetes aéreos; de hospedagem em hotel no território nacional e no exterior; de contratação de seguro no caso de viagem ao exterior; de locação de veículos na localidade de destino, com ou sem motorista e com combustível; de traslados e recepção em aeroportos; e de despachantes para solicitação de vistos. Objeto do aditamento: inclusão de subcláusulas. Vigência: a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 1.01.1-01.122.701-2.009.0001-3.3.90-0-24-1 e 1.01.1-01.122.701-2.009.0001-3.3.90-0-10-3.